

SOCIEDADE CIVIL
AFRICANA:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS
PARA A CONSCIENCIALIZAÇÃO



Françoise Nduwimana

Partenariat Afrique Canada/Partnership Africa Canada
(Parceria África Canadá)

A Parceria África Canadá (PAC) é uma coligação de organizações canadianas e africanas que trabalham em parceria para promover políticas de desenvolvimento humano sustentáveis em benefício das sociedades africanas e canadianas.

A colecção "Perspectivas" tem por objectivo aprofundar a reflexão sobre os temas de actualidade relativos ao desenvolvimento de África. A colecção foi compilada sob a direcção de Bernard Taylor.

Sociedade civil africana: desaio e perspectivas para a consciencialização

Françoise Nduwimana

Director de produção: Charaf Ahmimed

Concepção gráfica e paginação:
SUM Incorporated

Tradução do francês:
Services d'édition Guy Connolly

ISBN: 1-894888-54-5

© Partnership Africa Canada,
Outubro 2004

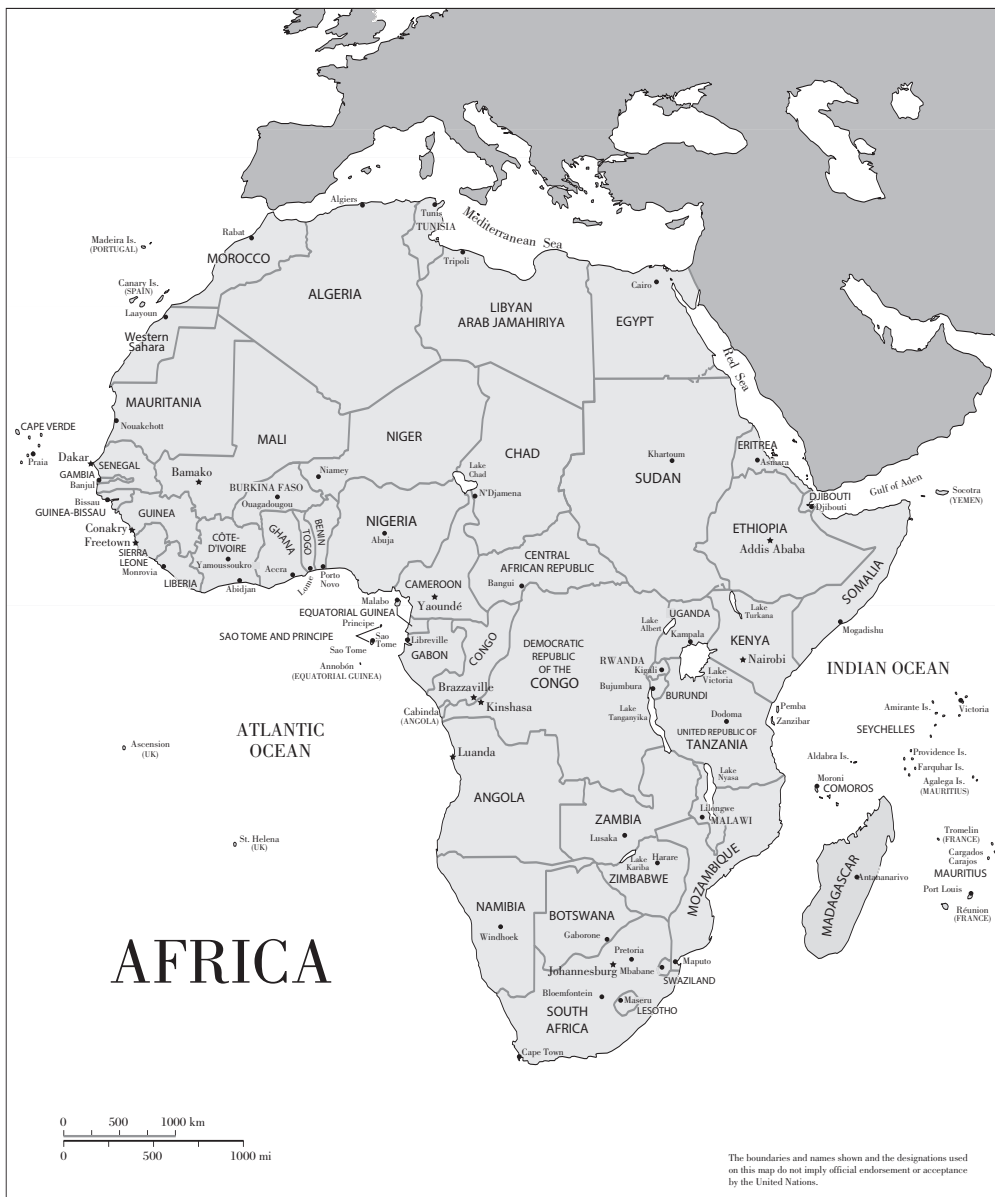
Contacte a Parceria África Canadá relativamente a todo e qualquer pedido de reprodução ou de tradução total ou parcial deste livro.

**Partenariat Afrique Canada/
Partnership Africa Canada**

323 Chapel Street
Ottawa, Ontario, K1N 7Z2, Canada
Tel: +1-613-237-6768
Fax: +1-613-237-6530
Email : info@pacweb.org

P.O. Box 60233
Addis Ababa, Ethiopia
Email: pac@telecom.net.et

www.pacweb.org



Map No. 4045 Rev. 4 UNITED NATIONS
January 2004

Department of Peacekeeping Operations
Cartographic Section



**SOCIEDADE CIVIL
AFRICANA:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS
PARA A CONSCIENCIALIZAÇÃO**

Françoise Nduwimana

Partenariat Afrique Canada/Partnership Africa Canada
(Parceria África Canadá)

ÍNDICE

MAPA DE ÁFRICA

PREFÁCIO	ii
INTRODUÇÃO	1
AS CONSULTAS DA PARCERIA ÁFRICA CANADÁ	3
UMA ESFERA POLÍTICA CADA VEZ MAIS RECONHECIDA	4
UM RECONHECIMENTO AINDA DEFICIENTE	6
ANÁLISE ESTRUTURAL NECESSÁRIA DOS GRANDES DESAFIOS AFRICANOS	
1. A paz e a segurança humana	10
2. NEPAD e a governação democrática	14
3. Os direitos socio-económicos	19
CONCLUSÃO GERAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UM VERDADEIRO DIÁLOGO POLÍTICO	24
ANOTAÇÕES	25

PREFÁCIO

A Parceria África Canadá empreendeu entre Setembro e Novembro de 2003 um processo de consulta em África e no Canadá junto de várias organizações da sociedade civil. Foram organizados encontros em doze cidades africanas e em três cidades canadianas, nomeadamente Bamako, Dakar, Conakry, Freetown, Yaounde, Brazzaville, Kinshasa, Luanda, Joanesburgo, Harare, Nairobi, Addis Abeba, Ottawa, Montreal e Toronto. Estes encontros permitiram um diálogo franco em relação aos desafios prioritários de desenvolvimento em África.

Solicitámos a Françoise Nduwimana que apresentasse a sua análise das conclusões desses encontros. O resultado não deveria deixar ninguém indiferente. A África enfrenta enormes desafios, o que incentiva alguns a perderem-se no afro-pessimismo. No entanto, embarcar nesse acto seria ignorar ao mesmo tempo os imensos esforços das populações em questão e as múltiplas causas das crises que afligem o continente. Na sua apologia pela mudança, Françoise Nduwimana faz eco das exortações das organizações da sociedade civil. As soluções para as crises em África encontram-se tanto em Londres como em Luanda, e nenhuma solução duradoura para estas crises pode ser considerada sem a participação efectiva das organizações da sociedade civil. Este livro interpela a cada um de nós individualmente, uma vez que estamos todos implicados e que somos todos responsáveis pelo que se passa.

Gostaríamos de agradecer a todos que participaram nas consultas e que contribuíram assim para a elaboração deste livro. Também gostaríamos de agradecer especialmente às seguintes organizações em África e no Canadá que apoiaram a organização das consultas:

- Association du Sahel d'Aide à la Femme et à l'Enfance (ASSAFE), Bamako
- Réseau Africain pour le Développement Intégré (RADI), Dakar
- Network Movement for Justice and Development (NMJD), Freetown
- Centre du Commerce International pour le Développement (CECIDE), Conakry
- Confédération des ONG d'Environnement et de Développement d'Afrique Centrale (CONGAC), Douala
- Comité de Liaison des ONG du Congo (CLONG-Congo), Brazzaville
- Centre National d'Appui au Développement et à la Participation Populaire (CENADEP), Kinshasa
- Development Workshop e Grémio ABC, Luanda
- Development Workshop e Grémio ABC, Luanda
- Innovations et Réseaux pour le Développement (IRED) et Action Aid, Joanesburgo
- Innovations et Réseaux pour le Développement (IRED), Harare
- Réseau de Développement et de Communications de la Femme Africaine (FEMNET), Nairobi
- Christian Relief and Development Association (CRDA), Addis Abeba
- Comité Coordonnateur Canadien pour la Consolidation de la Paix, Ottawa
- Jeunesse Canada Monde et Oxfam-Québec, Montreal
- Aide à l'Enfance-Canada, Toronto

Igualmente agradecemos às organizações Agence Canadienne de Développement International, Centre de Recherches pour le Développement International, Oxfam-Québec e Jeunesse Canada Monde, cujo apoio financeiro tornou possível a realização das consultas e a publicação deste livro.

Bernard Taylor, Director-Geral
Parceria África Canadá
Ottawa

Engudai Bekele, Coordenadora
Parceria África Canadá
Addis Abeba

INTRODUÇÃO

«Atingimos por fim a nossa emancipação política. Empenhamo-nos na liberação da totalidade do nosso povo da servidão, da pobreza, das privações, do sofrimento, do sexismo e das restantes discriminações».

Nelson Mandela

«A tarefa consiste em acordar os povos para futuros brilhantes».

Léopold Sédar Senghor

A África Subsariana enfrenta crises económicas, políticas e sociais de tal modo graves e recorrentes que, algumas como por exemplo, o HIV/SIDA, a insegurança alimentar e a guerra civil, acabaram por se transformar em desastres humanitários. Assumir uma tal afirmação não evidencia qualquer tipo de afro-pessimismo. A África negra não está bem, a realidade faz doer a vista. Mas esta parte do mundo não está no entanto a cometer suicídio como o defende Stephen Smith¹. Está a lutar contra isso. Invocar a resistência africana, pois esta existe, face à destruturação que ameaça o sub-continente, não é um «crime contra a informação»².

Quer embarquemos ou não no afro-optimismo, um olhar de esperança sobre África não visa pôr de parte nem o marasmo económico nem o impasse político nos quais a grande maioria da população africana se encontra mergulhada. Um tal olhar tem por objectivo revelar o que a actualidade sensacionalista deixa frequentemente de mostrar: a existência de homens e de mulheres que marcam a história ao construir esperança. São milhões, provenientes tanto dos meios políticos, dos movimentos sociais ou da população em geral, aqueles a transmitir uma mensagem de mudança.

A África não capitula perante a mundialização, ela mobiliza-se. Esta interpela os actores mundiais e locais para que a equidade e a solidariedade sejam valores inscritos na arquitectura económica mundial. O Fórum Social Africano é um destes exemplos que mostra uma sociedade civil em ebulição, decidida a fazer valer uma mundialização solidária dos povos. Num contexto mais diplomático, e sem colocar em questão a mundialização, os chefes de estado africanos afirmam também, e sem rodeios, que a forma e o conteúdo daquela foram determinados pelos países desenvolvidos, em parceria com o sector privado. Estes fazem assim, o apelo a uma reorientação da mundialização de acordo com uma via mais duradoura e equitativa³.

Em termos de outros desafios, África não é apenas um palco para conflitos armados, esta tenta preveni-los e exterminá-los. Na República Democrática do Congo, a paz é sem dúvida frágil. Mas a transição em curso foi obra de várias iniciativas locais, regionais e internacionais. O diálogo inter-congolês, sem o qual o processo de paz nunca teria sido possível, mostrou de modo definitivo que a contribuição da sociedade civil é incontornável na busca da paz e da reconciliação.

Do mesmo modo, se a crise em Darfur reforça o sentimento de abandono de que as vítimas africanas sempre foram alvo em relação às hesitações da comunidade internacional, esta mostra também uma vontade africana evidente de intervir na crises que abalam o continente. Sob os auspícios do Conselho para a Paz e Segurança da União Africana, foram tomadas decisões importantes com vista a parar a catástrofe humanitária que devasta essa região sudanesa.

Ainda que seja constantemente violado, a assinatura em 28 de Maio de 2004, do «Acordo sobre as modalidades da implementação da comissão de cessar-fogo e da disponibilização no terreno de observadores em Darfur», é uma das iniciativas mais importantes levadas a cabo pelo Conselho⁴. Em virtude deste Acordo, uma Missão de

Observação da UA foi colocada no terreno. O Acordo previa igualmente a colocação no terreno de uma Força de Protecção da População Civil que, segundo decisão do Conselho, poderia resultar da Missão de Observação, transformada na sua plenitude numa missão de manutenção da paz⁵.

As crises africanas contemporâneas decorrem num contexto diferente do existente no período colonial. Mas após uma análise mais aprofundada, estas não traduzem menos o fracasso de um sistema mundial erguido a partir de um paradigma norte-centrista. No plano interno, estas crises traduzem igualmente o fracasso de uma cultura política marcada pela fraude, pela corrupção e pelo favoritismo. A África Subsariana não é pobre, está empobrecida, afirma Aminata Traoré⁶. África está empobrecida porque no passado assim como hoje, está inserida num sistema cuja lógica e regras de funcionamento foram definidas pelas potências económicas que, igualmente, detêm as rédeas do poder. África está também empobrecida devido ao longo período em que foi gerida por dirigentes que consideravam os países como suas propriedades privadas⁷.

Perante a reedição da história, uma história de violência económica e política, que renasce sob formas diferentes e sofisticadas⁸, o renascimento da acção colectiva torna-se num factor imperativo para a recuperação da África Subsariana. No entanto, no contexto de crises políticas e económicas pós-coloniais, a acção colectiva exprime-se por vias não tradicionais. No tempo da luta pela independência, a mobilização popular era estruturada e enquadrada pelos partidos políticos. Ora as crises actuais que a África Subsariana enfrenta, traduzem a iniquidade das relações Norte/Sul e desmascaram também o fracasso das práticas políticas propriamente africanas.

Independentemente das razões, ou seja, que o Estado em África, através dos seus governos, tenha sido obrigado a servir de instrumento executando as políticas definidas sem qualquer consideração pelas necessidades das populações africanas que, perante toda e qualquer evidência, conduziram a um impasse; ou que esse mesmo Estado, se tenha, através dos governos, e consequentemente dos partidos políticos no poder, comportado de modo criminoso, o facto é que o Estado pós-colonial não realizou o projecto de justiça social que constituía o sonho do movimento pela independência. Os partidos políticos não podem pois, ser a única estrutura de mobilização popular, visto que são esses precisamente que encarnam a produção de um Estado cujo objectivo se encontra marcado pela não realização desse sonho e é natural que contra estes, seja dirigido o descontentamento popular⁹.

Os povos africanos, escrevia Frantz Fanon, não poderiam conciliar-se indefinidamente com um nacionalismo instrumentalizado, desprovido do seu fundamento político e social: «A expressão viva da nação é a consciência em movimento do conjunto do povo. [...]. Nenhum líder, independentemente do seu valor, se pode substituir à vontade popular e o governo nacional deve, antes de se preocupar com o prestígio internacional, voltar a dar a dignidade a cada cidadão, ocupar-lhes os cérebros, encher-lhes os olhos de coisas humanas e desenvolver um programa humano já que se trata de seres humanos conscientes e soberanos»¹⁰.

Num tal contexto, onde a resposta popular se constrói e se desenvolve em ruptura ou em paralelo com as estruturas tradicionais, poderemos mesmo falar do renascimento do movimento associativo africano? A questão poderá não suscitar um consenso. Mas segundo o seu ponto de vista, Samir Amin vê a emergência de uma nova consciência africana, defendida por «A sociedade civil da camada social inferior»¹¹. Através desta expressão, o economista e intelectual egípcio descreve o que, a seus olhos, constitui o renascimento do movimento associativo africano, em oposição às desarticulações sociais, económicas e políticas que o sistema em vigor impõe às sociedades africanas.

Enraizar a sociedade civil na camada social inferior torna-se pois numa escolha de identificação política, que se refere à base da pirâmide, o local onde se encontram as populações e as necessidades, em relação ao topo, onde se encontram os dirigentes e onde se tomam as decisões. O posicionamento da sociedade civil na população determina assim a razão de ser e o papel das organizações que a constituem: actuar para o bem estar da população. Foi em plena defesa desta convicção que a Parceria África Canadá quis prestar contas das principais queixas avançadas pelos seus associados em África.

I. AS CONSULTAS DA PARCERIA ÁFRICA CANADÁ

Após um conjunto de consultas organizadas em Outubro e em Novembro de 2003 pela Parceria África Canadá (PAC), no Canadá e em doze cidades africanas, as vozes africanas representantes da sociedade civil exprimiram-se relativamente a vários desafios de importância capital para a África Subsariana: a paz, a segurança e o desenvolvimento democrático e económico. Um verdadeiro compromisso visando a participação da sociedade civil no diálogo político, representa um desafio que os associados da PAC lançaram aos dirigentes africanos, tanto ao nível regional como ao nível nacional.

Apesar de existirem várias maneiras de abordar o conceito da sociedade civil, a definição que é avançada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e que apresenta a sociedade civil como sendo a esfera na qual se organizam os movimentos sociais, é a que parece reunir o maior consenso¹². A partir de um tal esboço, parece que a sociedade civil é antes de mais um conjunto de iniciativas resultantes de grupos autónomos, movidos pelo desejo de operar uma transformação social e política. As associações e as organizações que reivindicam pertencerem à sociedade civil e que participaram no processo de consultas, possuem duas características principais comuns que são identificadas como os seus caracteres não lucrativos e não governamentais. Esta dupla autonomia em relação aos poderes públicos e em relação aos interesses financeiros confere-lhes uma independência e uma credibilidade, necessárias à sua função de activismo político.

Os trezentos indivíduos, membros de organizações da sociedade civil, que participaram nas consultas da PAC, possuem perfis variados e desempenham diferentes cargos. Estes indivíduos pertencem a vários meios profissionais, às redes de investigação científica, aos grupos de acção relativamente ao desenvolvimento sustentável, sobre a participação popular, sobre a justiça, sobre o ambiente, sobre a igualdade entre sexos, etc. Nestas podemos encontrar ONGs, grupos comunitários, grupos de mulheres, sindicatos e grupos afiliados à igreja.

Porque estas organizações vão buscar a sua razão de ser às apreensões e às aspirações da população, e porque estas actuam essencialmente no âmbito da recuperação social, económica e política do continente, as organizações da sociedade civil, são, com ou sem ligações populares, defensoras de um projecto de sociedade articulado pela justiça social e pela dignidade humana. Segundo este ponto de vista, poderíamos dizer que à margem das formações políticas que agem essencialmente pelas relações das estruturas da democracia representativa, as organizações da sociedade civil alargam a prática democrática, transpondo-a da sua fórmula representativa à fórmula participativa¹³.

Este novo relacionamento da sociedade civil com a prática democrática deve ser analisado em todo o seu âmbito visto que, como realça o Grupo de Trabalho sobre as relações entre a ONU e a sociedade civil, apesar do facto destes reconhecerem cada vez mais a contribuição da sociedade civil, os governos não hesitam paradoxalmente em contestar a legitimidade dos actores e actrizes que reclamam pertencer a esta categoria, argumentando que estes não possuem qualquer base representativa uma vez que não foram eleitos¹⁴. E a questão que convém destacar é a de saber se é aceitável que a legitimidade da sociedade civil seja reconhecida unicamente quando esta ocupa o terreno abandonado pelo Estado, e contestada quando esta questiona a acção do governo.

Os países da África Subsariana formam uma comunidade de destino e apresentam características comuns. Mas estes não reflectem menos uma diversidade de desafios climático-geográficos, assim como realidades sociais, económicas, políticas e culturais, diferentes de uma região para outra. A título de exemplo, os recursos minerais e/ou naturais dos quais estão repletos o Gabão, os Camarões, os dois Congos, a Serra Leoa, Angola, Nigéria, África do Sul, etc., contrastam com a ausência mineral da maioria dos países do Sahel.

Segundo um ponto de vista geográfico, os países entrincheirados como o Mali, o Botsuana, o Burundi, o Ruanda, etc., são privados do acesso ao mar, o que é uma condição importante na actividade económica e que influencia consideravelmente a atracção dos investimentos privados. Tal não é o caso de Moçambique, Quénia, Tanzânia, África do Sul, Senegal etc. Igualmente, a insegurança alimentar também não ataca uniformemente todos

os países. É um problema que encontramos principalmente nos países devastados pela Sida, nas zonas áridas e nos países que atravessaram conflitos armados de longa duração.

Relativamente a estes critérios geográficos e físicos é importante realçar um outro elemento de clivagem constituído pelos diferentes níveis de desenvolvimento democrático na África Subsariana. Se é verdade que o processo de democratização ganhou terreno em África nos últimos dez anos, não podemos perder de vista que em determinados casos como, por exemplo, na Costa do Marfim e na República Centrafricana, os retrocessos foram mais demarcados que os avanços. A violência política, os conflitos armados e a desordem das instituições democráticas, monopolizam o panorama político em África de um tal modo que obscurecem as grandes realizações em matéria de democratização.

O retrato pintado anteriormente ajuda a compreender a complexidade dos campos abrangidos pela sociedade civil em África mas também os diferentes pesos atribuídos às questões, segundo a importância que estas apresentam para determinados países que pode não coincidir necessariamente com os dos restantes. De facto, apesar de várias semelhanças, resultou das consultas da PAC, que os desafios que os actores da sociedade civil enfrentam no Congo-Kinshasa, na Serra Leoa e em Angola, que são os três países emergentes de conflitos armados, não são idênticos aos dos vividos pela sociedade civil maliana, senegalesa e sul-africana, que são países governados por regimes eleitos democraticamente. Mas a diferença deve ser analisada mais segundo um ângulo das prioridades que segundo a importância atribuída a todos os desafios.

Sem nos limitarmos a estes desafios, visto que tudo é interdependente, a paz, a justiça, o regresso à ordem constitucional, a democratização das instituições políticas e o respeito dos direitos humanos, constituem o cavalo de batalha das organizações da sociedade civil nos países em guerra ou submetidos a um regime ditatorial, enquanto que a governança democrática e a reforma da arquitectura económica mundial, são os desafios que dominam as reivindicações da sociedade civil dos países a braços com a corrupção e outras práticas antidemocráticas.

Os homens e as mulheres encontrados durante estas consultas são artesãos do bem-estar da população. Estes encarnam a emergência de uma nova era em África, uma era que testemunha a sua afirmação cada vez maior no panorama público e político, um discurso que, podendo parecer por vezes dissidente aos olhos do poder instituído, não deixa de ser alternativo e construtivo.

A sociedade civil é frequentemente vista como sendo regida pelo antagonismo, particularmente em relação ao poder local. Um tal modo de interpretar a acção da sociedade civil é, no entanto, reducionista. Primeiro, o antagonismo é uma dimensão essencial à vitalidade democrática. É em virtude deste princípio que o debate contraditório é possível. Isto, não significa a recusa do consenso. Se o antagonismo é um princípio democrático, este não é um fim em si. Este princípio permite, por seu lado, à sociedade civil demarcar-se de uma visão, de um sistema ou de uma prática que não coloca o bem-estar da população no centro das decisões políticas. É devido ao facto da sua existência estar ancorada à emancipação popular que a sociedade civil é um local colectivo de alternativas políticas e sociais.

II. UMA ESFERA POLÍTICA CADA VEZ MAIS RECONHECIDA

O papel desempenhado pela sociedade civil foi reconhecido mais uma vez, tanto a nível regional como internacional. Em Fevereiro de 1990, a conferência internacional sobre a participação popular no processo de recuperação e desenvolvimento em África, realizada em Arusha e reunindo 500 membros de organizações populares, assim como de ONGs, de governos africanos e de agências da ONU, era uma iniciativa com vista a atingir uma visão comum do papel do movimento popular no processo do desenvolvimento de África.

Uma das principais vitórias dessa Conferência foi a adopção, pela Organização da Unidade Africana, da Carta Africana para a participação popular (Agosto de 1990). Ditada pela necessidade de uma consideração da opinião dos cidadãos na concepção, assim como na tomada de decisões políticas, a Carta foi uma primeira iniciativa que se iria reforçar à medida que o desafio da participação dos cidadãos se impunha como uma das alavancas fundamentais da democracia.

Dez anos após a promulgação dessa mesma Carta, sob a iniciativa da OUA/UA, foram organizadas três conferências com vista a elaborar um quadro de cooperação entre a sociedade civil africana e a OUA em Addis Abeba em Junho de 2001, em Junho de 2002 e em Junho de 2004. Segundo Amara Essy, na altura Secretário-Geral da OUA, «A convocação da 2ª conferência na véspera do lançamento da União Africana realça a determinação da OUA/UA em adaptar-se às mutações do ambiente mundial assim como ao papel crescente e à legitimidade da sociedade civil nesse contexto¹⁵».

De facto, destas conferências nasceu o Conselho Económico, Social e Cultural (ECOSOCC), um órgão consultivo da UA, que, uma vez operacional, servirá de tribuna oficial da sociedade civil. Os participantes no terceiro Fórum da União Africana e da Sociedade Civil, adoptaram efectivamente uma Declaração, na qual estes reafirmam o compromisso das organizações da sociedade civil em trabalhar com a União Africana¹⁶. No entanto, como estipula a Declaração, este compromisso será mais significativo quando a concepção e a organização do Fórum estiver dependente dos membros da própria sociedade civil. Isto implica a entrada em vigor dos estatutos do Conselho Económico, Social e Cultural¹⁷. Esta instância foi criada pela União Africana com vista a instaurar uma parceria sólida entre os governos e todos os participantes da sociedade civil (Artigo 2º, alínea 2) e promover a participação da sociedade civil africana na implementação das políticas e dos programas da União Africana (Artigo 2º, alínea 3). O ECOSOCC é a própria encarnação da vontade africana de reconhecer a sociedade civil como uma das ligações credíveis entre os governos e as populações.

Ainda ao nível nacional, no que alguns consideram uma nova vertente do compromisso dos dirigentes africanos nas questões cruciais que dizem respeito ao futuro do continente, a Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NPDA) condicionou formalmente o sucesso do seu projecto através da apropriação do referido projecto pelos povos africanos¹⁸. Entre muitos outros, o Fórum reunindo 80 membros da sociedade civil e representantes governamentais, realizado no Gana em Março de 2003, inscreve-se nesta óptica de consolidar uma parceria entre a sociedade civil e as autoridades políticas africanas.

Segundo o Secretário-Geral da NPDA, uma tal parceria com a sociedade civil encontra-se completamente consumada. No seu boletim informativo, o Secretário declara que «De hoje em diante, a NPDA beneficia inteiramente do apoio das federações sindicais, dos grupos da sociedade civil e das organizações profissionais mais importantes¹⁹». Este entusiasmo no entanto está longe de ser unânime. As críticas choveram de todos os lados, deplorando o grande segredo que rodeou a concepção e o nascimento da NPDA. Apesar das críticas relativamente ao carácter de secretismo, outras muito mais credíveis, contestaram o postulado neoliberal que é subentendido pela NPDA. É verdade que a NPDA não é um programa, mas sim uma declaração de intenção e de compromisso, aberto ao processo de apropriação nacional. No entanto, não deixa de ser também verdade que é difícil apropriar-se uma visão política quando não se partilha o fundamento ideológico.

A nível internacional, a ONU já por inúmeras vezes reconheceu o papel da sociedade civil. Para evidenciar apenas as duas últimas iniciativas de peso levadas a cabo pelo Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, recordemos a constituição do Grupo de Personalidades Eminentes nas relações entre a ONU e a sociedade civil e recordemos também o apelo lançado por altura da Declaração do Milénio. Através dos trabalhos da primeira iniciativa (Grupo de Trabalho sobre as relações entre a ONU e a sociedade civil), o Secretário-Geral da ONU pretende conduzir os países membros a fundar de novo o multilateralismo e a governação mundial para além do eixo intergovernamental, integrando neste a sociedade civil; através da Declaração do Milénio, os 191 países membros da ONU decidiram solenemente «Estabelecer parcerias sólidas com

o sector privado e com as organizações da sociedade civil com vista a promover o desenvolvimento e a eliminação da pobreza²⁰».

Dedicado à realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o relatório de 2003 do PNUD atribui igualmente uma posição de eleição à contribuição da sociedade civil na concretização desses objectivos. Na sua introdução, o relatório realça que «A sociedade civil, as associações comunitárias e profissionais, até aos grupos de mulheres e às redes de organizações não-governamentais, desempenham um papel importante na implementação e no acompanhamento dos avanços em direcção à concretização destes objectivos²¹».

Estando a vontade política intimamente ligada e sendo alimentada pela vontade popular, o relatório de 2003 do PNUD calcula que o empenhamento do cidadão, consequência dessa vontade popular, só é eficaz quando inscrito numa sociedade civil bem organizada²². O relatório vai ainda mais longe afirmando que «Um dos avanços significativos destes últimos dez anos é o crescimento da influência das organizações e das redes da sociedade civil às escalas local, nacional e mundial, na implementação de mudanças políticas»²³. Entre outros exemplos de compromisso, o relatório recorda as pastas relativas à diminuição da dívida, a redução da pobreza e a luta contra a Sida, pastas nas quais a sociedade civil se encontra particularmente activa.

Seguindo a mesma ordem de ideias, a OCDE prega um diálogo inclusivo e que reflecte a diversidade: «Um dos principais desafios consistirá em encontrar o equilíbrio adequado entre as actividades resultantes do diálogo panafricano e as actividades a realizar ao nível regional ou nacional. Por outro lado, será conveniente também organizar as actividades de modo a associar favoravelmente estes representantes da sociedade civil (ONGs, sindicatos e sector privado)²⁴».

Perante a análise dos parágrafos anteriores, poder-se-ia acreditar que o reconhecimento da sociedade civil é uma questão resolvida. Ora a realidade no terreno, suportada pelo eco proveniente das consultas organizadas pela PAC junto dos seus associados africanos, indica que este não é bem o caso. Dois desafios principais merecem ser realçados. Primeiro, o resultado e a implementação deste reconhecimento regional e internacional, no plano nacional e local. Em segundo lugar, a armadilha de um reconhecimento «incorporado», ou seja, submetido a modalidades pré-estabelecidas por dirigentes políticos, um reconhecimento erguido sobre uma confusão entre participação no diálogo e execução de decisões previamente adoptadas.

III. UM RECONHECIMENTO AINDA DEFICIENTE

A nível nacional, o espaço político reservado à sociedade civil deixa ainda muito a desejar. Esta realidade foi claramente identificada por vários participantes nas consultas da PAC, especialmente nas reuniões em Addis Abeba e em Joanesburgo. Após ter indicado que as organizações da sociedade civil representavam todos os estratos da população e que o seu profundo conhecimento dos problemas de base era um trunfo para a sua participação na formulação e na implementação das políticas, os parceiros questionados em Addis Abeba criticaram a ausência de um processo legal e permanente, que assegurasse a participação da sociedade civil na definição e implementação da política etíopiana em termos de desenvolvimento.

Por seu lado, os participantes na consulta de Joanesburgo, denunciaram com veemência a pouca consideração que o governo sul-africano reserva às alternativas apoiadas pelo movimento social e democrático. A viragem do governo da ANC que foi eleito em 1994 sob um panorama de justiça social²⁵, o Reconstruction and Development Programme (RDP) e que, dois anos depois, substituiu esse programa pelo Growth Employment and Redistributive Programme (GEAR), que por sua vez, era uma apologia de mercado²⁶ em detrimento da justiça social, deixou um gosto amargo no seio da sociedade civil.

No plano dos direitos civis e políticos, as marcas de suspeita relativamente à sociedade civil são ainda mais palpáveis. De facto, se as organizações profissionais, as que disponibilizam serviços à população assim como aos grupos de investigação, não atraem muito a ira do poder com o qual interagem, o caso muda de figura no que diz respeito às associações de defesa dos direitos civis e políticos.

«Um dos principais desafios consistirá em encontrar o equilíbrio adequado entre as actividades resultantes do diálogo panafricano e as actividades a realizar ao nível regional ou nacional.»

PNUD, Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano, 2003

Em vários países mergulhados em regimes não democráticos, as tentativas de intimidar a sociedade civil, de a amordaçar ou de exercer sobre esta uma repressão política, são bastante comuns. Uma tal atitude reflecte a confusão frequentemente criada de modo deliberado entre a sociedade civil e a oposição política. Em matéria de repressão política em África, a Amnistia Internacional faz o ponto da situação, no seu relatório de 2003, de assédio praticado contra os defensores dos direitos humanos nos Camarões, na Eritreia, na Etiópia, no Ruanda, no Chade, no Togo e no Zimbabué²⁷. Fenómeno espalhado por África, a intimidação dos defensores dos direitos civis e políticos levou à criação, pela Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, de um cargo de Comissário encarregue de supervisionar a protecção dos defensores dos direitos do homem, cujo primeiro mandato foi confiado à Sra. Jainaba Johm.

Este aspecto da marginalização da sociedade civil constitui um grande obstáculo à instauração de Estados de Direito. Prática com vista a fazer calar toda e qualquer opinião diferente daquela do poder instituído, a marginalização da sociedade civil revela por extensão uma falha da distribuição e do equilíbrio do poder. A concentração do poder decisivo nas mãos do Executivo, que, dependendo do caso, se confunde com a Presidência, resulta frequentemente na derrota da oposição, mas também na derrota dos poderes legislativo e jurídico, garantias da governação democrática.

Assim, a política é estabelecida não através da participação popular, mas sim através do poder presidencial. Um fenómeno deste tipo que testemunha um afastamento da democracia não é o apanágio de África. É consequência de uma profunda mutação política que, em todo o mundo, testemunhou a imposição das estruturas de decisão ad hoc paralelas às instituições de regulação política, resultantes do processo democrático.

A reabilitação do sistema político anda de mãos dadas com a redinamização e a responsabilização dos Parlamentos, uma vez que estes últimos constituem um dos espaços de deliberação política. Graças a vários mecanismos de consulta popular, entre os quais as comissões parlamentares, as Assembleias Nacionais devem em princípio fazer parte da Ágora para a sociedade civil.

O que se passa em África onde a NPDA, um quadro teórico que se aventura no futuro do continente, foi criado sem consideração pelos membros eleitos e pelos restantes parceiros políticos, é a versão africana de uma tendência mundial que não pára de substituir a prática democrática pela negociata política. Em Abril de 2001, por altura da realização da Cimeira das Américas, a maioria dos deputados deste continente, o conjunto da sociedade civil e a totalidade dos povos das Américas, ignoravam o conteúdo do projecto que potencialmente iria criar as bases da Zona de Livre Comércio das Américas (ZLEA).

E foi na maior frustração possível que o Presidente da Assembleia Nacional do Quebec e fundador da Conferência Parlamentar das Américas (COPA), havia denunciado o que, a seus olhos, encarnava um comportamento autoritário e absolutista. Nas palavras do Sr. Charbonneau, ao afastar os membros eleitos e a sociedade civil, os 34 chefes de estado das Américas agiam como «monarcas eleitos à cabeça de oligarquias político-tecnocratas²⁸».

Um tal comparação é transponível de um continente para o outro. Por altura do Fórum sobre a sociedade civil e a NPDA, realizado em Burquina Faso, os oitenta representantes vindos do Mali, da Nigéria e de Burquina Faso, haviam, através da Declaração de Ouagadougou²⁹, denunciado várias falhas graves no mutismo da NPDA relativamente à necessidade do pleno exercício dos poderes pelas instituições parlamentares africanas. Podemos ver a mesma denúncia em praticamente todas as declarações efectuadas sobre esse tópico pela sociedade civil.

É verdade que a existência do Fórum dos Parlamentares Africanos para a NPDA, assim como a criação em Março de 2004 do Parlamento Panafricano pela União Africana atestam um reconhecimento da importância da qual está revestida a participação dos membros eleitos na condução das questões políticas africanas. O Protocolo instituindo a criação do Parlamento Panafricano declara vivamente que este último é «uma plataforma comum aos povos africanos e às suas organizações comunitárias com vista a assegurar a sua maior participação nas decisões relativas aos problemas e aos desafios apresentados ao continente³⁰».

No entanto, impõem-se três críticas. Primeiro, podemos reear que isto leve a um desdobramento dos quadros. O Fórum dos Parlamentares é uma iniciativa da NPDA, enquanto que o Parlamento Panafricano é uma instância da União Africana. Como irão os dois quadros gerir os seus mandatos? A questão continua em aberto. Segundo, nos cinco primeiros anos do seu funcionamento, o novo Parlamento Panafricano será dotado apenas de um mandato consultivo. Podemos pois duvidar da sua eficácia, tendo em conta que a sua margem de manobra se encontra fortemente reduzida. Terceiro, convém recordar que o mandato das Assembleias Parlamentares, sejam elas regionais ou nacionais, não é unicamente de implementar as políticas já concebidas, mas também de participar na elaboração de medidas legislativas benéficas para a população e de se assegurar que estas medidas são aplicadas pelo Executivo.

Um mandato deste tipo necessita da existência prévia de estudos sólidos e da realização de debates sobre as causas estruturais dos problemas africanos e sobre as possíveis soluções. Por outro lado, o seu conhecimento dos desafios, a sua proximidade dos meios de vida e a sua experiência, fazem dos actores e actrizes da sociedade civil parceiros incontornáveis neste tipo de processo. Ora, o mínimo que se pode dizer, é que a NPDA evitou pronunciar-se sobre as causas profundas que conduziram o continente africano à situação em que este se encontra. Não dizendo uma palavra sobre as razões do fracasso dos planos de desenvolvimento anteriores, a NPDA reforça, ao mesmo tempo, a dúvida que subsiste quanto às suas próprias hipóteses de sucesso.

IV. ANÁLISE ESTRUTURAL NECESSÁRIA DOS GRANDES DESAFIOS AFRICANOS

De que sistema económico falamos, de que crises políticas se tratam, quais são as diferentes formas de desarticulações e sobretudo, quais as alternativas que podem trazer consigo a esperança? Foram estas as questões que os membros da sociedade civil reunidos no quadro das consultas da PAC, tentaram responder.

Ainda que diferentes correntes se enfrentem quando falamos dos problemas de desenvolvimento em África, iremos ter em mente apenas duas. A primeira corrente atribui a responsabilidade do fracasso do desenvolvimento africano aos factores internos, na ocorrência do carácter mafioso, despótico, corrupto e favoritista de determinados regimes africanos. Naquilo que pode ser considerado como uma interpretação antropológica do jogo do poder, Jean-François Bayart analisava em 1989 a crise do estado africano segundo a “política

da barriga”³¹. Crítico do favoritismo político africano, este livro teve o mérito de situar o fenómeno do favoritismo num contexto mais amplo, em que uma das características é a confusão entre a gestão dos negócios do Estado e a ascensão económica pessoal.

Ao contrário de Bayart, que não limitou o despotismo às únicas causas intrínsecas africanas, outras análises foram menos vagas. Entre os analistas mais controversos, podemos referir Axelle Kabou e mais recentemente Stephen Smith. Baseando-se na disponibilidade dos recursos naturais abundantes em África, Axelle Kabou minimiza a fragilidade dos recursos financeiros e dos capitais com destino a África e justifica o atraso africano em termos de desenvolvimento através de factores internos e quase culturais³². Segundo a autora, fechado no traumatismo do passado colonial, o continente africano recusaria conscientemente a sua entrada na modernidade tecnológica, científica e industrial.

Por seu lado, Stephen Smith atribui o mal africano à inabilidade de adquirir uma nova identidade e a uma atitude imobilista, tributária da excepção cultural africana³³. Segundo este, a obstinação africana em se fechar num passado idealista e estruturado pela consciência negra, estaria na origem de todos os compromissos falhados por África. Depois de ter afirmado que seria apenas necessário substituir a população da Nigéria pela população do Japão, a da RDC pela da França ou mesmo a população do Chade pela população israelita, para ver os países africanos em questão sair dos seus processos ruinosos; Smith recusa-se, de qualquer modo a catalogar os africanos «de incapazes» ou «pobres de espírito», mas afirma que a civilização material, a organização social e a cultura política africanas constituem travões ao desenvolvimento: «África não se move porque esta continua bloqueada por obstáculos socioculturais que sacraliza como amuletos da sua identidade»³⁴.

Este tipo de análises provocou uma onda de choque no seio da opinião intelectual africana e internacional. O facto de assentar o atraso económico do africano assim como todas as crises que entravam o seu desenvolvimento, em termos de essência, de natureza, de características culturais, etc., e não sob o ângulo do sistema económico mundial, da sua lógica, da sua arquitectura e das disparidades mundiais de que deste resultam, mais uma vez parece dar credibilidade ao discurso naturalizante que defende que «a forma que a sociedade assume não é mais que o resultado da procura, por cada indivíduo, dos imperativos de sobrevivência ditados pela sua natureza»³⁵. Entre um tal modo de abandono dos factores estruturais sobre os quais assenta o fosso entre a África e os países ricos e o racismo, existe apenas um passo.

Em oposição a uma tal doutrina de Manes, a análise proposta pela segunda corrente e segundo a qual se reconhece geralmente a sociedade civil, aborda os problemas africanos sob várias perspectivas interligadas. Apesar de reconhecer o carácter endógeno dos fundamentos do impasse africano, a segunda corrente não os apreende sob o ângulo da identidade ou da cultura, assim como também não reduz a sua crítica em termos de política, a uma condenação em todos os sentidos dos modos de governança em África. Podemos situar nesta grelha de análise pensadores como Samir Amin, Jean Ziegler, Jean-Marc Ela, etc. Com excepção do facto que de estas personalidades denunciam a iniquidade das relações Norte/Sul, o neoliberalismo e a mundialização, estas partilham igualmente o apego à sociedade civil.

Para Samir Amin, o problema não reside na incapacidade africana de se integrar na mundialização ou na economia capitalista. O problema tem origem na lógica assimétrica do sistema económico mundial em virtude do qual o centro acumula maioritariamente as riquezas em detrimento das periferias. Longe de ajudar a encontrar soluções, a mundialização reduz a capacidade das sociedades africanas em ultrapassar os desafios actuais³⁶.

No que diz respeito aos fenómenos como a corrupção, o desvio de fundos públicos e a pilhagem dos recursos naturais, Jean Ziegler e Jean-Marc Ela, reconhecem imediatamente a responsabilidade africana. Mas consoante os casos, estes estendem também essa responsabilidade a figuras não-africanas. Na sua denúncia dos predadores da economia mundial, Ziegler demonstra uma correlação entre a privatização das funções do Estado, a liberalização do comércio, a exploração criminosa dos recursos naturais e a guerra civil em Angola, na Libéria e na Serra Leoa³⁷.

Abordando a perspectiva no mesmo sentido, Jean-Marc Ela reconhece que África está também «cansada de si própria»³⁸. Mas este acrescenta que a pilhagem organizada e a corrupção praticadas pelos dirigentes africanos são actos tornados possíveis pelas redes mafiosas e “lobbies” que controlam os recursos estratégicos e que apoiam as ditaduras. Não se pode pois escapar a uma análise da economia política dos recursos do subsolo africano, incluída numa dinâmica conflitual da globalização, tanto como não se pode separar a pauperização do continente da criminalização da economia e das consequências políticas neoliberais impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial (*Idem*).

A África Subsariana é frequentemente pintada como uma região de miséria, de catástrofes naturais e humanitárias. Sem ser completamente falso, um tal retrato reporta-nos, como acabámos de ver, aos factores endógenos e exógenos destas crises. A sociedade civil em África está consciente do enorme peso dos desafios. Lado a lado com milhões de africanos que lutam diariamente para resolver a situação, a sociedade civil tem a sua palavra a dizer sobre as causas e as possíveis soluções para as crises africanas. Três problemas de importância capital para a estabilidade de África chamaram particularmente a atenção dos participantes nas consultas da PAC: (1) a paz e a segurança humana, (2) a governação democrática, (3) os direitos socio-económicos.

IV.1 A PAZ E A SEGURANÇA HUMANA

A paisagem política que reflecte a África Subsariana não é muito reluzente. Dos 19 países por todo o mundo, nos quais forças armadas intervieram durante o curso dos anos da década de 1990, 15 encontram-se situados na África Subsariana³⁹. Tratam-se pois do Burundi, das Ilhas Comores, do Congo, da Costa do Marfim, da Etiópia, da Gambia, da Guiné-Bissau, do Lesoto, da Nigéria, da República Centrafricana, da República Democrática do Congo, do Ruanda, da Serra Leoa e da Somália. A esta lista podemos acrescentar a Libéria, o Norte do Uganda e o Sudão, divididos pela guerra civil.

Duas constatações resultam deste panorama. Primeiro, a maioria destes países onde o exército interviu nas questões políticas, são igualmente países em guerra ou que estiveram em guerra até há pouco tempo. Logo, existe uma ligação de causa e efeito entre imiscuição militar ou derrube da ordem constitucional e o conflito armado. Segundo, nos 48 países que compõem a África Subsariana, cerca de vinte viveram uma situação de guerra civil durante o curso destes últimos quinze anos. É praticamente metade da população da África Subsariana aquela que viveu e que enfrenta ainda os tormentos da guerra.

Este retrato revela a profundidade da fractura política, social e económica provocada pela guerra civil em África. De facto, mesmo que esta só represente 10% da população mundial, a África Subsariana é a segunda região, a seguir à Ásia, onde se encontra concentrada a grande maioria das pessoas refugiadas e deslocados internamente, mais especificamente, 15 milhões, dos quais 80% são mulheres e crianças⁴⁰. As mulheres estão particularmente expostas a uma violência física e sexual generalizada e devastadora, como o testemunham as situações em Darfur, na região dos Grandes Lagos e na Serra Leoa. Além disso, é na África Subsariana que podemos encontrar a grande maioria de mortes atribuídas à guerra e a grande maioria de crianças soldados. A África Subsariana é igualmente uma região onde prolifera o comércio ilícito de armas ligeiras.

Guerras civis e as suas consequências sobre a população

País de origem	Pessoas refugiadas	Deslocados internos	Perdas em vidas humanas
Sudão	490.000	4.000.000	2.000.000
Angola	421.000	4.000.000	1.000.000
Burundi	570.000	1.000.000	200.000
Rep. Dem. Congo	395.000	2.000.000	3.000.000
Serra Leoa	500.000	4.500.000	75.000
Libéria	*	2.400.000	150.000
Costa do Marfim	400.000	800.000	*

Fontes: compilação: (1) Refugees. Volume 2. Número 131. 2003: Africa at a crossroads. (2) Relatório PNUD 2003, (3) Relatório PAC (2000). *Le cœur du problème: la Sierra Leone, les diamants et la sécurité humaine*.

*Não existem dados específicos disponíveis

Perante a análise deste quadro, não é exagerado afirmar que o continente africano ocupa a primeira posição no ranking da insegurança mundial. No entanto, não é nem no país em guerra onde estão concentradas as pessoas deslocadas, nem nos países limítrofes como a Tanzânia, o Chade, o Quênia, a Zâmbia, o Uganda, a Guiné, etc., onde as vítimas da guerra encontram refúgio, para onde se dirige a grande parte do orçamento atribuído à segurança humana. Em 2003, o Alto Comissariado para os Refugiados (ACR) veio em auxílio de apenas 4,6 milhões dos 15 milhões de pessoas desenraizadas em África⁴¹. Estas pessoas representavam 22% das 20.556.700 pessoas pelas quais o ACR era responsável em todo o mundo.

O órgão da ONU dispunha em 2003 de um orçamento de 400 milhões de dólares destinados a África, num orçamento total de 1.16 mil milhões de dólares. Por outras palavras, o dinheiro gasto diariamente em 2003 pelo ACR em África era inferior a 1 dólar por refugiado. Se pensarmos nos 80 mil milhões de dólares que os Estados Unidos gastaram em 2003 na guerra no Iraque, uma guerra ao mesmo tempo injusta e injustificada, não podemos deixar de tirar a conclusão que se impõe quanto à atenção concedida às vítimas do “terror africano”, para utilizar a expressão de Colette Braeckman⁴².

O comércio ilícito de armas ligeiras é um outro parâmetro que sustenta os conflitos armados em África. Foi efectivamente demonstrada a correlação entre o tráfico de armas e a exploração criminosa dos recursos naturais. Os exemplos da República Democrática do Congo, de Angola e da Serra Leoa/Libéria, são suficientemente eloquentes. A este propósito, várias iniciativas africanas e internacionais foram realizadas com vista a erradicar o comércio ilegal de armas ligeiras cujo montante anual está calculado em cerca de 100 milhões em África, e em cerca de 500 milhões no mundo.

Em Julho de 2001, a Conferência da ONU sobre as armas ligeiras, resultava num Programa de Acção sobre a luta contra o tráfico ilícito dessas mesmas armas. As recomendações desta Conferência não foram visivelmente seguidas uma vez que no seu relatório sobre as armas ligeiras, publicado em Dezembro de 2003, Kofi Annan solicitava ao Conselho de Segurança o seguinte: «O Conselho é fortemente encorajado a perseguir os seus esforços com vista a identificar as ligações entre o comércio ilícito de armas e a exploração ilícita dos recursos naturais e outros, assim como o comércio de drogas ilegais e a criação de estratégias inovadoras para lidar com este fenómeno. A este respeito, seria necessário examinar atentamente as conclusões e recomendações dos órgãos criados para realizar inquéritos sobre essas ligações, especificamente o grupo de peritos sobre a exploração ilegal dos recursos naturais e outras riquezas na República Democrática do Congo, o grupo de peritos sobre a Libéria e a instância de vigilância relativamente às sanções contra a UNITA»⁴³.

A nível regional, quatro iniciativas merecem ser realçadas. Trata-se do Moratório da CEDEAO sobre as armas ligeiras adoptado em Outubro de 1998, a Declaração de Bamako em Dezembro de 2002, relativamente à paz

e ao controlo de armas no espaço do oeste africano, a Declaração de Nairobi de Março de 2003 relativamente ao comércio ilícito de armas ligeiras no Corno de África e na região dos Grandes Lagos, e o novo Conselho para a Paz e Segurança que a União Africana lançou oficialmente a 25 de Maio de 2004.

Na sua declaração de compromisso em favor da paz e da segurança em África, os chefes de estado e dos governos africanos reconhecem que a ratificação de vários tratados sobre a paz e a segurança não se traduziu em actos e que estes esperam dotar este novo Conselho da autoridade necessária de que este precisa para ser mais dinâmico.

Os chefes de estado e do governo comprometeram-se também na construção de uma visão holística da paz e da segurança, eliminando as causas dos conflitos e os problemas fundamentais que os alimentam, nomeadamente «o extremismo étnico e religioso, a corrupção, as concepções exclusionistas de cidadania, a pobreza e as doenças, com uma especial atenção sobre a epidemia do HIV/SIDA, que se tornou num problema de segurança no nosso continente, a exploração ilegal dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, o mercenarismo, a proliferação, a circulação e o tráfico ilícito de armas ligeiras e de baixo calibre, e os danos provocados pelas minas anti-pessoais»⁴⁴.

Os participantes nas consultas da PAC conseguiram realçar que a boa governação assenta, antes de mais, sobre a capacidade e a possibilidade de que dispõem os povos de participar no diálogo político.

A questão que nos colocamos é de saber porque é que estas iniciativas não conseguem travar o tráfico de armas ligeiras? Como o demonstrou Steve Wright⁴⁵, a lógica do comércio das armas traz consigo uma parte da resposta. O limite entre o comércio lícito e ilícito é demasiado vago. Esta situação de branqueamento de armas é tornada possível pelos mecanismos de corretagem e de produção sem licença que fazem com que a transacção decorra num território onde as armas nunca entrarão e que permitem que o corretor nunca detenha o título de proprietário.

Considerando este tipo de manipulações, a responsabilidade do tráfico de armas deve claramente ser atribuída aos países ocidentais, proprietários de licenças, aos exércitos e grupos armados africanos, mas também aos numerosos intermediários, quer sejam eles corretores estrangeiros ou intermediários africanos.

Mas acima de tudo, o fenómeno dos conflitos armados e as suas marcas indeléveis sobre a população africana obrigam a uma reflexão profunda sobre a paz e a estabilidade africana, condições sem as quais o desenvolvimento e a democracia não serão nada mais que uma miragem.

Conclusão sobre a paz, a segurança e os recursos naturais

Perante uma ameaça de desintegração do continente, qual a resposta ou qual a alternativa proposta pela sociedade civil a uma África que atravessa um período de junção entre as feridas do passado, a absurdidade dos regimes corruptos e a esperança de ver o nascimento de uma verdadeira era de liberdade e de democracia? Seria pretensioso atribuir à sociedade civil soluções milagrosas.

Ainda assim, na ausência de encontrar uma resposta definitiva para este desafio, a sociedade civil tem o mérito de apresentar um bom diagnóstico, de efectuar o levantamento dos desafios fundamentais e de definir os parâmetros para a paz.

Sair de um conflito leva-nos imperativamente à questão da natureza do referido conflito. A grande maioria dos conflitos em África são pós-coloniais. O que quer dizer que, com poucas excepções, estes reflectem o prolongamento de crises incubadas no plano colonial e que explodem perante uma África emancipada, teoricamente, mas cuja liberdade se encontra presa entre o martelo da herança colonial, a bigorna das práticas ditatoriais que seguiram a descolonização e a hemorragia económica que transformou a guerra africana num actividade lucrativa.

Estes conflitos armados são igualmente alimentados pelo marasmo económico, visto que estes revelam a existência de uma juventude desesperada, vítimas da crise da educação, da crise da agricultura e do desemprego. Por outro lado, como o realçaram os participantes nas consultas da PAC em Bamako, determinados conflitos têm por substrato a má gestão do património inato ao mesmo tempo que traduzem o descontentamento das regiões que abundam de riquezas naturais e que não beneficiam das suas vantagens económicas.

Tendo em consideração os parágrafos anteriores, não é necessário dizer que a resolução dos conflitos armados em África assenta sobre a conjugação de vários esforços. O controlo de armas e o fim da pilhagem dos recursos naturais devem andar de braço dado com um verdadeiro programa de luta contra a pobreza e uma visão holística da democracia. Mas a guerra na RDC e na Serra Leoa onde a envolvimento dos países vizinhos embateu particularmente com a consciência africana, demonstrou a que ponto a responsabilidade africana pesa na desintegração do continente. Trata-se de uma situação inédita que ensombra o projecto panafricano que a União Africana pretende implementar. A justiça, neste caso, deve ser aplicada a todos os actores nacionais, regionais e estrangeiros, que intervieram nestas guerras.

A sociedade civil denúncia os abusos militares e a intrusão estrangeira. Esta pede o fim da impunidade, o fim da violência em relação às mulheres, o fim da utilização de crianças soldados, o fim da pilhagem dos recursos naturais e a instauração das condições para uma paz duradoura. A paz e a reconciliação são apostas cujo sucesso já não assenta unicamente no diálogo entre os actores políticos e militares. O envolvimento da sociedade civil tornou-se num parâmetro importante não apenas da negociação da paz mas também da reconstrução.

Na República Democrática do Congo, para adoptar apenas esse exemplo, a sociedade civil lançou as bases da paz e da reconciliação nacional. A Campanha Nacional para a Paz Duradoura na RDC (CNPDP), é uma iniciativa à qual o processo de transição em curso deve muito. Longe de ser um simples “slogan”, o objectivo de uma paz duradoura foi edificado em torno de uma verdadeira visão nacional. Contrariamente às outras práticas correntes, na RDC o plano de paz não foi unicamente aperfeiçoado pelas diferentes facções armadas. A sociedade civil congoleza, reunida sob a bandeira das «Forças Vivas», contribuiu para definir os termos do acordo. O fim das hostilidades, a retirada das tropas estrangeiras, o diálogo nacional, a inclusão das mulheres, o relançamento do processo de democratização, a reconstrução nacional, etc., são os pontos principais reiterados pelos porta-vozes⁴⁶ da sociedade civil no Diálogo Inter-congolês.

Ainda na RDC, o envolvimento das organizações como, por exemplo, o Centro Nacional de Apoio ao Desenvolvimento e Participação Popular (CENADEP) no processo de Kimberley, no final do qual foi criada a certificação do diamante, constitui um exemplo do papel desempenhado pela sociedade civil na luta contra a pilhagem dos recursos minerais e na busca da paz⁴⁷.

Por fim, não podemos falar do envolvimento da sociedade civil na paz sem invocar o papel que desempenham especificamente as mulheres. Numa mensagem apresentada recentemente aos chefes de estado e dos governos africanos, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan afirmava: «As mulheres mostraram-se muitas vezes úteis e indispensáveis nos processos de paz. Estas criaram para si, pouco a pouco, um lugar na mesa de negociações, na aplicação dos acordos de paz, na recuperação, na reconstrução e no desarmamento após um conflito. É tempo de associá-las em pleno direito a estes processos, a todos os níveis e em todas as etapas»⁴⁸.

De facto, a nível local, nacional e regional, as mulheres africanas ultrapassaram uma etapa onde estas já não admitem ser associadas da paz sem título. Também, as mulheres exigem a aplicação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, a qual lhes reconhece o direito à participação e à representação. Os numerosos movimentos Colectivos de Mulheres pela paz que encontramos nas regiões dos Grandes Lagos, no Oeste de África, etc. testemunham a existência de uma via e de uma voz das mulheres para a paz em África. A «Mano River Union Women's Network for Peace⁴⁹», uma iniciativa reunindo grupos de mulheres da Guiné, da Libéria e da Serra Leoa, reflecte o compromisso das mulheres africanas em concretizar a paz, não apenas no interior das suas fronteiras nacionais, mas também em construir uma paz regional.

Os participantes nas consultas da PAC reiteraram a sua vontade de se envolverem nos processos de paz e na reconstrução. Estes desejam um reconhecimento político que possa reforçar o seu compromisso. O fim do tráfico ilícito de armas, o fim do tráfico de crianças soldados, o fim da pilhagem dos recursos naturais, a protecção das mulheres contra a violação e outras violências físicas frequentemente cometidas no contexto do conflito armado, constituem os campos para um investimento prioritário. Para o fazer, os membros da sociedade civil pedem que o género e a liderança feminina sejam inscritos em todas as iniciativas de paz. Estes solicitam que a presença da sociedade civil nos programas de desarmamento, de desmobilização e de reinserção social, seja reforçada. Estes solicitam por fim que a sociedade civil seja integrada na gestão participativa dos recursos naturais.

IV.2 NEPAD E A GOVERNAÇÃO DEMOCRÁTICA

A importância atribuída pela NEPAD a uma boa governação, é original. No entanto, esta deixa de parte questões de importância capital. Primeiro, porque a boa governação é vista como uma noção política, dado que ficamos com a impressão de que a NEPAD caracteriza este aspecto apenas como uma questão da gestão económica e administrativa. Segundo, temos a impressão de que este princípio, e primordialmente este, se encontra na origem da pobreza endémica do continente. Em terceiro lugar, tudo leva a crer que uma vez assegurada uma boa governação, os paísesadores, assim como os investidores privados, estariam mais encorajados a reforçar a sua parceria com a África.

Do ponto de vista do PNUD, esse entusiasmo deve ser encarado com reservas. De facto, mesmo este colocando a governação e a eficácia das instituições políticas no centro do desenvolvimento de África, o PNUD é vago em relação à importância atribuída a esta condição e toma em consideração a influência de vários fenómenos exógenos.

No relatório de 2003 sobre o desenvolvimento humano⁵⁰, o PNUD reconhece a existência de problemas estruturais, nomeadamente a lógica do sistema internacional de câmbios, as barreiras comerciais impostas pelos países ricos, o desequilíbrio dos subsídios agrícolas, a dependência da África Subsariana em relação a um reduzido número de matérias-primas exportáveis, o peso da dívida externa, as restrições geográficas, a pandemia da SIDA, etc., que são realidades que escapam ao controlo dos países pobres.

Um sinal foi lançado pelo PNUD relativamente à importância atribuída à governação como sendo o critério por excelência da atribuição da ajuda estrangeira: «Os países ricos e as instituições que estes controlam podem focalizar-se sobre uma boa governação na altura em que determinam a distribuição da sua ajuda. Mas de modo demasiado frequente, estes limitam-se ao impasse relativamente aos outros desafios que devem afligir vários dos países mais pobres [...]. Demasiados responsáveis pelas decisões desses países ricos, não compreendem em profundidade as forças estruturais em acção, e continuam convencidos que os países pobres não realizam esforços suficientes para se desenvolverem⁵¹».

Abordando a questão no mesmo sentido, Ross Herbert realça que uma boa governação e democracia, quando nas suas verdadeiras acepções, embora constituindo condições *sine quibus non* do desenvolvimento em África, não podem obscurecer outras realidades exógenas. Existe uma profunda convicção em África, defende Herbert, de que as políticas de ajuste estrutural, a liberalização do mercado e a privatização, constituem a causa imediata dos problemas do continente⁵².

O fracasso das negociações no Ciclo de Doha, por altura da Cimeira de Cancún, assim como o fraco apoio que dão os dirigentes do G8 aos pedidos africanos relativos aos subsídios agrícolas e às taxas aduaneiras, são exemplos que demonstram que se a governação é uma condição importante do desenvolvimento, esta constitui apenas uma peça de um grande puzzle.

De facto, por altura da última Cimeira do G8 que se realizou na Geórgia nos Estados Unidos em Junho de 2004, a delegação dos seis chefes de estado africanos não escondeu a sua decepção relativamente à estagnação da questão dos subsídios atribuídos pelos países ricos⁵³ à sua agricultura. Quanto ao acordo-quadro assinado em Genebra no dia 1 de Agosto em 2004, este constitui, de facto, um gesto de encorajamento na medida em que ratifica o princípio de reduzir substancialmente a ajuda atribuída pelos países ricos à sua agricultura. No entanto, na opinião de vários observadores, não só o texto deste acordo é vago, mas durante as negociações não foi fixada nenhuma data limite e tudo leva a crer que os 147 países membros da OMC se vão lançar numa espécie de período de discurso sem qualquer verdadeira acção em vista (Libération, 2 de Agosto de 2004).

A questão dos subsídios agrícolas e do apoio aos produtos agrícolas para exportação mostra a que ponto, enquanto defendem a liberalização do comércio, os países ricos praticam o proteccionismo. Esta questão mostra igualmente que o apoio à agricultura dos países ricos se efectua em detrimento da ajuda pública ao desenvolvimento. A título de exemplo, como revela o relatório de 2003 do PNUD, em 2000, as vacas e o algodão dos países da OCDE, receberam, de modo evidente, mais ajuda que a população na África Subsariana⁵⁴.

Segundo esse mesmo relatório, em 2000, os Estados Unidos subsidiaram o seu próprio algodão com 10.7 milhões de dólares por dia, ao passo que atribuíram à África Subsariana uma ajuda total de 3.1 milhões por dia. Igualmente, com o objectivo de subsidiar os produtos lácteos, a União Europeia atribuiu aos seus agricultores um montante de 913 dólares por vaca, enquanto que atribuiu à África Subsariana uma ajuda de 8 dólares por habitante.

Parceria, e não incorporação

Após análise dos parágrafos anteriores, forçosamente constatamos que o debate sobre a aceitação da NEPAD pela população, actores políticos e sociedade civil, está longe de estar encerrado. Na medida em que a prática da democracia se depara com a extrapolação da verdade sobre as causas profundas dos problemas africanos, o convite ao diálogo com a sociedade civil arrisca-se a parecer um convite a um diálogo de paródia. E é, portanto, nos limites do não dito que convém analisar o apelo à sociedade civil. Um convite ao diálogo só é possível se o diálogo existir de facto.

Ora podemos acreditar que o que observamos é um apelo, não ao diálogo, mas à homologação do consenso estabelecido entre os dirigentes africanos e os seus credores. A NEPAD foi primeiro submetida ao voto de confiança dos países e instituições dadoras, e foi só depois de dada a luz verde por parte destas que os dirigentes africanos iniciaram um processo de divulgação no próprio do continente. Podemos de facto reconhecer que através de um processo de divulgação, o objectivo visado é a participação colectiva e popular. Mas podemos igualmente questionar a confusão entre este procedimento de ordem pedagógica e a politização dos desafios da NEPAD que em si, exige um verdadeiro debate público.

Se o novo paradigma que a governação constitui reflecte este tipo de prática, ou seja, um desvio no sentido do diálogo público, mais vale admitir que a governação, na sua face actual é semelhante a um governo ausente do âmbito da política⁵⁵. Neste caso, esta não apela à politização, ou seja, a uma discussão pública dos desafios socio-económicos e políticos, mas ao seu endossamento. Por todo o lado em África como no resto do mundo, são os peritos contratados pelo Estados que definem os planos de desenvolvimento. São estes peritos que exercem a cidadania, e não os povos em questão, nem a sociedade civil.

Na África do Sul⁵⁶, para referir apenas um exemplo, ao contrário do programa inicial do ANC que traduzia a vontade do movimento social, o GEAR terá sido redigido por quinze economistas, dos quais apenas um havia feito parte do movimento democrático sul-africano.

Se os dirigentes africanos estão seriamente empenhados em reconhecer a contribuição da sociedade civil, devem então implementar mecanismos permanentes de diálogo ao nível do Secretariado da NEPAD e ao nível das instituições locais.

Um tal desfasamento do poder que passa da população e do movimento social, ao controlo absoluto do executivo, foi denunciado pelos participantes na conferência organizada pela PAC em Freetown. Para estes, não existe sombra de dúvida que os documentos estratégicos de redução da pobreza (DERP), que as instituições financeiras internacionais impõem como sendo o único âmbito legal de regulação da questão da pobreza, são redigidos por consultores que não têm qualquer conhecimento e experiência da realidade da pobreza vivida no terreno.

Perante um tal fenómeno que tende a enclausurar a voz popular ao mesmo tempo pretendendo apelar ao diálogo, é mais que urgente reforçar os mecanismos de vigilância e de responsabilização política aos níveis nacional, regional e internacional. Infelizmente, somos forçados a constatar que o debate em curso, sobre uma boa governação, tem tendência a colocar a reponsabilização política na vara dos únicos aspectos do crescimento económico.

De facto, foram várias as pessoas que indicaram, em termos de governação económica, que são as instituições financeiras, e através destas todos os investidores bilaterais, as únicas entidades a poder exercer uma pressão eficaz, susceptível de resultar numa reforma das práticas de gestão⁵⁷. É verdade que a NEPAD dotou-se de um mecanismo de exame interafricano. O Mecanismo Africano de Avaliação dos Pares (MAAP) foi criado em conformidade com a Declaração sobre a democracia, a governação política, económica e das empresas, adoptada em Julho de 2002 pela União Africana.

É também verdade que o fenómeno da corrupção é incontornavelmente um obstáculo ao desenvolvimento de África. A concentração dos poderes arbitrários nas mãos das autoridades governamentais é uma prática antidemocrática que por sua vez torna possível a corrupção. Segundo a Transparency International, cerca de 20 a 40 mil milhões de dólares provenientes dos países pobres, cuja maioria se encontram situados em África, foram desviados durante as últimas décadas⁵⁸.

A fuga deste milhares de milhões representa um golpe enorme na luta contra a pobreza e oferece argumentos àqueles que se opõem às iniciativas de redução da dívida dos países pobres. Como revela a revista *Afrique Expansion*⁵⁹ da Tanzânia, onde aumentos de preços na ordem de 101% a 353% nos mercados de trabalho rodoviários teriam sido efectuados sem qualquer justificação, no Uganda onde 42,000 funcionários fictícios

teriam aumentado desmesuradamente a massa salarial da função pública, passando pelos Camarões onde a corrupção teria atingido, entre 1981 e 1986, um montante de 1.500 mil milhões de francos CFA e na Nigéria onde a construção de uma siderurgia teria facturado um excesso de 1.6 mil milhões de dólares, etc.; tal não faz mais do que confirmar o facto que a natureza do problema da corrupção é encarado, no plano nacional, na ausência dos mecanismos de contrapoder capazes de exigir uma transparência no domínio da gestão dos negócios do Estado.

A sociedade civil encontra-se bem posicionada para preencher a necessidade de uma vigilância desse tipo. Mas a questão deve ser tratada politicamente, e não fora das instâncias da regulação democrática. Infelizmente, perante a predominância dos sectores de avaliação ou de intervenção do MAAP, que dizem respeito particularmente ao crescimento económico, uma dúvida persiste quanto à importância atribuída a uma visão geral da governação. Na realidade, em quatro campos visados pelo MAAP, apenas um diz respeito à governação democrática e política. Os outros três dizem respeito à governação de gestão económica, à governação de empresas e ao desenvolvimento socio-económico.

Esta constatação revela uma outra: existe uma zona obscura entre a sociedade civil e o sector privado. Uma leitura de várias declarações e documentos da NEPAD (e também da ONU e da União Africana) mostra que sempre que se trata de uma questão de parceria, as empresas privadas e as organizações da sociedade civil são classificadas da mesma forma, quando na realidade se trata de entidades muito diferentes ao nível da sua vocação.

A título de indicação, por altura da quinta reunião do Painel de Personalidades Eminentes do MAAP, um parágrafo do comunicado relativo à sociedade civil diz igualmente respeito ao sector privado: «Em matéria de política, o Painel decidiu atribuir atenção especial à questão do envolvimento da sociedade civil no processo do MAAP ao nível nacional. Este realçou igualmente o envolvimento do sector privado. O Painel realçou a importância da difusão da informação aos níveis da sociedade civil e do sector privado, tanto à escala nacional como continental⁶⁰».

Por outro lado, se tivermos em consideração a existência, no seio da União Africana, da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, cuja função é de supervisionar o respeito, pelos estados africanos, dos direitos humanos, parece evidente que a responsabilização dos estados africanos, através do Mecanismo de Avaliação dos Pares, vai ser sobretudo baseada em termos económicos, sendo o crescimento económico o paradigma chave da NEPAD. O facto das empresas privadas, reunidas no seio do Grupo das Empresas para a NEPAD, terem um representante permanente junto do Secretariado da NEPAD, enquanto a representação da sociedade civil não se encontra assegurada, demonstra a importância atribuída ao sector privado.

O desafio que é lançado ao MAAP é o de assegurar que as suas recomendações não se limitarão apenas à responsabilização em matérias de gestão e que estas serão de natureza a reforçar as recomendações da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos uma vez que nesta a governação é uma noção global. Senão, a armadilha do desenvolvimento dos quadros irá verificar-se novamente. A União Africana e a NEPAD ganharão em clarificar a articulação entre estes dois órgãos ambos dedicados à responsabilização dos dirigentes africanos.

Mas o reconhecimento da sociedade civil apresenta uma outra questão, não menos importante: em que termos deveremos compreender a parceria com a sociedade civil?

Se a vontade de associar a sociedade civil ao diálogo político é claramente expressa, a leitura que podemos fazer desta associação está longe de ser uniforme. O capítulo IV da NEPAD intitulado «O apelo aos povos africanos», ainda que convide os povos africanos a participar na edificação da nova África, apresenta ainda assim a ideia de que esta participação era inexistente antes da criação da NEPAD. Ora, se admitirmos que os membros da sociedade civil são de certo modo actores não eleitos do palco sociopolítico, teria sido mais coerente indicar

nesse capítulo que as organizações populares, as de movimento social e comunitário, assim como os grupos de investigação sobre a justiça social, trabalharam constantemente para a politização da população, ou seja, para a sua apropriação dos desafios políticos, sociais e económicos.

O modo como o apelo aos povos foi efectuado pela NEPAD, deixa entre outras coisas crer que se a participação popular era até ao momento fraca, era porque os povos não haviam ainda compreendido a necessidade de participar no desenvolvimento de África. Um pouco obscuro, um tal modo paternalista de associar a população, traz o risco de se abstrair do défice democrático que caracteriza ainda um bom número de governos africanos e que explica porquê, apesar da capacidade e da vontade da população, o exercício do direito à participação, sempre que possível, foi frequentemente limitado ao direito de voto e não à gestão dos resultados do escrutínio.

Se esta é percebida como uma iniciativa africana, e se é verdade que em determinados aspectos esta representa o renascimento africano, a NEPAD não é menos um projecto concebido sem a consulta popular. No entanto, apesar de todas estas críticas, não se pode perder de vista que a NEPAD apresenta vários pontos positivos e que vale antes de mais como uma declaração de compromisso. Por este facto, a NEPAD é um processo evolutivo e não um plano total unido. A sociedade civil africana tem pois um papel importante a desempenhar na divulgação e implantação dos elementos positivos da NEPAD. É necessário ainda que esta seja instigada ao diálogo político, tanto ao nível regional como ao nível nacional.

Conclusão sobre a NEPAD e sobre a governação democrática

A sociedade civil tem uma experiência a partilhar, um ideal a defender. Esta experiência e este ideal assentam sobre uma profunda convicção: o futuro de África assenta sobre a vontade africana e sobre uma verdadeira solidariedade internacional. Se os dirigentes africanos estão seriamente desejosos de reconhecer a contribuição da sociedade civil, estes devem implementar mecanismos permanentes de diálogo, ao nível do Secretariado da NEPAD, e ao nível das instituições locais.

O desenvolvimento do continente não pode ser assegurado enquanto subsistem destruturações sociais originadas pelo afastamento político africano e pela iniquidade das relações Norte/Sul. Associar a sociedade civil ao diálogo político passa imperativamente por ouvir o que os seus membros têm a dizer sobre as desigualdades entre África e os outros continentes e sobre a má governação.

Os participantes nas consultas da PAC conseguiram realçar que a boa governação assenta antes de mais sobre a capacidade e a possibilidade de que dispõem os povos de participar no diálogo político. É por esta razão que estes pretendem aumentar a educação cívica e a mobilização popular. É também por esta razão que estes desejam encorajar o diálogo entre os parlamentares e a sociedade civil.

As organizações presentes quiseram chamar a atenção dos dirigentes para a necessidade de se pensar numa diplomacia africana a fim de melhor se posicionar nas negociações multilaterais. Estas organizações solicitaram que a integração regional seja considerada seriamente como um pilar do desenvolvimento integrado, benéfico ao conjunto do continente.

Para atingir estes objectivos, os participantes pediram um reforço dos mecanismos de diálogo regional entre os membros da sociedade civil assim como uma melhor colaboração com o Mecanismo de Avaliação dos Pares. No entanto, este relembraram, que a responsabilização política e económica não é apenas uma questão interna, a responsabilização deve ser recíproca, fundada nas relações Norte/Sul.

Tanto é necessário reforçar as iniciativas anti-corrupção e combater a impunidade nos sectores privado e público (exemplo: a campanha «Publiquem o que pagam»), como é preciso questionar as políticas impostas a África e que contribuem para aumentar a vulnerabilidade das populações face à pobreza e aos conflitos armados. O apoio ao diálogo com a sociedade civil não pode e não deve estar limitado aos assuntos internos. Este deve

ser alargado às discussões sobre a redução da pobreza, sobre o comércio internacional, sobre as barreiras tarifárias e sobre os subsídios agrícolas.

Apesar de várias reservas exprimidas relativamente à NEPAD, as organizações da sociedade civil africana mostraram a sua vontade de fazer da NEPAD um sucesso. Já foram realizadas iniciativas com vista a construir uma visão colectiva da NEPAD e definir melhor a contribuição que esta pode trazer à sociedade civil. É o caso, por exemplo, do Fórum sobre a Sociedade Civil com a NEPAD que se realizou em Mbodiene no Senegal, com 135 participantes provenientes de 15 países do Oeste de África.

Organizado pelo RADI em Fevereiro de 2003, o Fórum incidia no impacto da NEPAD sobre o trabalho das OSC. Este visava além disso identificar os sectores prioritários ao nível dos quais as organizações da sociedade civil poderiam intervir. A Declaração resultante inclui recomendações que merecem ser consideradas. Entre estas recomendações figuram o reforço das capacidades da sociedade civil, o estabelecimento de um diálogo entre a sociedade civil, o sector privado e o Estado, e a organização de fóruns populares com vista à divulgação da NEPAD.

Por seu lado, uma publicação conjunta da Christian Relief e da Development Association da Etiópia e da PAC, sugere a criação de mecanismos que permitirão às organizações da sociedade civil participar na viabilidade da NEPAD⁶¹. A divulgação da NEPAD, a mobilização do apoio à NEPAD, a avaliação e o acompanhamento da NEPAD, a colaboração com o Mecanismo de Avaliação dos Pares, etc., constituem avenidas de parceria entre a NEPAD e as organizações da sociedade civil.

Mas esta parceria deve ser reconhecida sem usurpar o carácter autónomo da sociedade civil. É a este preço que as organizações da sociedade civil serão realmente consideradas como as interlocutoras da NEPAD.

IV.3 OS DIREITOS SOCIO-ECONÓMICOS

As estatísticas multiplicam-se e assemelham-se. Á semelhança dos balanços anteriores, o relatório de 2003 do PNUD sobre o desenvolvimento humano faz soar novamente um sinal de alarme ao afirmar que se um plano de ataque não for implementado, a África Subsariana não cumprirá os objectivos relativos à pobreza antes de 2147. O que quer dizer que ao ritmo actual dos acontecimentos, será necessário esperar um século e meio para reduzir em cerca de metade a proporção da população africana cujo rendimento é inferior a 1 dólar por dia, garantir uma educação básica a todas as crianças africanas, eliminar as disparidades entre os sexos, reduzir a mortalidade infantil assim como a mortalidade materna, erradicar o paludismo e a Sida e por fim assegurar a durabilidade dos recursos ambientais.

Um tal prognóstico mostra, por outras palavras, que várias gerações africanas constituirão mais uma vez a grande massa dos esquecidos da história. Metade da população na África Subsariana tem um rendimento inferior a 1 dólar por dia. Esta mesma proporção da população não tem acesso nem a água potável nem a alimentação suficiente.

Nos domínios da educação, da alfabetização e da saúde, a situação é ainda mais alarmante, dado que 41% das crianças africanas não têm acesso à educação básica e 2/3 das crianças que frequentam a escola não passam do ensino primário⁶². O analfabetismo nos adultos continua elevado, especialmente entre as mulheres.

País	Analfabetismo homens em %	Analfabetismo mulheres em %
Senegal	50,9	70,3
Mali	48,0	62,1
Camarões	16,1	27,9
Congo	11,1	22,9
R. D. Congo	24,8	46,5
Quênia	10,0	21,5
Etiópia	50,7	66,3
Angola	44,0	72,0
Zimbabué	6,2	13,7
África do Sul	13,3	14,6
Serra Leoa	49,3	77,4

Fonte: L'État du Monde 2004

No que diz respeito à saúde, menos de 35% da população africana tem acesso a cuidados de saúde básicos⁶³. Privatizada, a saúde tornou-se um luxo para os mais abastados e não um direito universalmente consagrado. Quando já ninguém parecia chocado, para além do normal, pelo facto do paludismo fazer mais mortos no continente africano que em todo o resto do mundo, a pandemia da Sida veio revelar brutalmente o fosso que separa a África dos outros continentes.

A pobreza endémica que prevalece na África Subsariana traduz a privação de direitos socio-económicos. Esta privação reflecte por sua vez a incapacidade africana em traduzir em actos os compromissos efectuados para assegurar os direitos humanos mais básicos. No entanto, não nos podemos limitar a uma crítica, ainda que fundamentada, da incapacidade africana, sem referir os factores que paralisam a realização dos direitos socio-económicos.

A este respeito, os participantes nas consultas da PAC fustigaram a ordem económica mundial, que exclui África mais do que qualquer outro lugar do mundo. Do mesmo modo, os mesmos também não pouparam a responsabilidade africana no que diz respeito à radicalização da pobreza. A corrupção, o défice democrático, os conflitos armados, a exploração criminosa dos recursos africanos, etc., são factores que alimentam a pobreza.

Os dirigentes africanos têm, é evidente, uma grande responsabilidade pela crise económica em curso, mas estes estão bem longe de serem a sua principal causa. Ora, o discurso actual pende prioritariamente sobre a noção de «responsabilização» em detrimento do desequilíbrio resultante das relações Norte/Sul e que é desfavorável para os países pobres. Em vez de enfrentar a natureza do problema, este discurso tende a afastá-la propondo o que os participantes nas consultas da PAC qualificaram de medidas terapêuticas.

A vulnerabilidade dos orçamentos africanos afectados pelas despesas públicas como, por exemplo, a saúde, a educação e a habitação, não resulta unicamente da inconsciência africana (alusão feita às despesas militares). Esta está relacionada também, senão ainda mais, com a dimensão geral dos orçamentos africanos que são demasiado frágeis em comparação com as necessidades da população, e que são certamente incomparáveis aos vigorosos orçamentos dos países ricos calculados em milhares de milhões de dólares.

País	Despesas públicas do ensino em % do PIB, 2001	Despesas públicas da saúde em % do PIB, 2001	Despesas militares em % do PIB, 2002	Serviço da dívida em % do PIB, 2002
Camarões	5,4	1,2	1,4	3,9
Zimbabué	10,4	2,8	3,2	0,7
Quénia	6,2	1,7	1,7	3,7
Senegal	3,2	2,8	1,5	4,3
Angola	2,8	2,8	3,7	7,7
R. D. Congo	*	1,5	*	16,2
Etiópia	4,8	1,4	5,2	1,8
Mali	2,8	1,7	2,0 (2001)	2,7
Serra Leoa	1,0 (2001)	2,6	2,2	2,9
África do Sul	5,7	3,6	1,6	4,5
Congo	3,2	1,4	*	0,8

Fonte: Relatório 2004 do PNUD

*Não existem dados específicos disponíveis

Em termos de percentagem, as despesas públicas na educação totalizam em média entre 12% e 23% do total das despesas públicas (PNUD, 2003). Em termos brutos, estas percentagens são transformadas em migalhas uma vez que estes cálculos são realizados a partir de orçamentos incongruentes. Os cortes na ajuda ao desenvolvimento traduzem-se pelos cortes na educação. Entre 1990 e 2000, a ajuda exterior atribuída à educação básica em África foi diminuída em cerca de 3 mil milhões de dólares e apenas 2% da ajuda atribuída pelos países ricos é consagrada à educação⁶⁴. Tais cortes resultam num cenário que leva 100 milhões de crianças africanas a viverem na rua e na miséria, das quais 2/3 são raparigas.

Numa mesma linha de consequências, o desmoronamento do sistema de saúde pública, radicalizado pela comercialização da saúde, envia todos os anos milhões de africanos para a morte, vítimas do paludismo, da Sida e de outras doenças e intempéries catalisadas pela pobreza. Todos os anos, a África perde cerca de 1 milhão de pessoas devido ao paludismo e 3 milhões devido à Sida. Os últimos dez anos foram marcados pelas profundas mutações que a Sida está a provocar no seio das sociedades africanas como, por exemplo, a crise do órfãos, o impacto sobre a produção agrícola, sobre o mercado de trabalho, sobre as mulheres, etc.

Como alguns o afirmam, trata-se nem mais nem menos de um «apartheid» sanitário no qual são os africanos que pagam o preço. Face a um fenómeno de uma tal dimensão, não chega simplesmente indignar-se, nem preconizar medidas gerais. É necessário primeiro estabelecer um diagnóstico estrutural sem o qual é impensável conceber soluções duradouras. Se os africanos são excluídos do direito à saúde, é em parte porque a saúde se tornou num mercado controlado pela indústria farmacêutica, apoiada pelos países ricos que a subsidiam, ao mesmo tempo que se comportam, no seio da OMC, como cães de guarda. Por outro lado, deve-se às políticas de saneamento das despesas públicas impostas a África há mais de vinte anos, saneamento esse que se realiza à custa de vários sectores nevrálgicos, incluindo a saúde⁶⁵.

Podemos evidentemente debater sobre a armadilha ou sobre os limites de uma dependência quase exclusiva de África à ajuda estrangeira, mas o facto é que, no estado actual das coisas, não podemos pensar em reduzir a pobreza africana e as suas consequências devastadoras sobre a população sem um investimento maciço nas despesas públicas, o que significa, pelo menos a curto e médio prazo, um aumento da ajuda pública ao desenvolvimento, e também, uma redução substancial do serviço da dívida.

A este propósito, a NEPAD não tem qualquer dúvida. Pois, após ter calculado em 64 mil milhões de dólares o montante anual que África precisa para sair da pobreza, esta diz no entanto, que a curto e médio prazo, a grande maioria dos recursos financeiros será proveniente do exterior do continente graças à redução da dívida, ao aumento da ajuda pública ao desenvolvimento, enquanto que os apoios de capitais privados deverão ser previstos mais a longo prazo⁶⁶.

IV.3. O FINANCIAMENTO DA AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO

A redução da dívida assim como o aumento da ajuda pública ao desenvolvimento constituem, sem dúvida, a curto prazo, a melhor das hipóteses para uma redistribuição das despesas públicas na África Subsariana. Os anos 90 testemunharam uma queda livre de 40% da ajuda pública ao desenvolvimento, destinada a África⁶⁷. Durante esse mesmo período, saíram de África 144 mil milhões de dólares, sob a forma de serviços da dívida quando apenas 21,4 mil milhões de dólares foram atribuídos sob a forma de ajuda ao desenvolvimento. Por outras palavras, saiu de África sete vezes mais verbas do que o montante que entrou⁶⁸.

As consequências destas práticas foram, e ainda são, desastrosas para a vida das populações africanas, em particular sobre as mulheres que se deparam com o problema de colmatar a falta de rendimentos. Várias promessas foram feitas nestes últimos anos a fim de recuperar o equilíbrio. Entre as iniciativas mais importantes, podemos citar a Conferência de Monterrey sobre o financiamento da ajuda ao desenvolvimento (Março de 2002), na qual os países ricos aceitaram duplicar até 2006 o montante destinado à ajuda ao desenvolvimento. Igualmente, por altura da última Cimeira do G8, que se realizou na Geórgia nos Estados Unidos em Junho de 2004, o clube dos Oito decidiu prolongar por dois anos a iniciativa de redução da dívida aos Países Pobres Altamente Endividados (PPAE).

Se devemos estar contentes com estas medidas, não devemos no entanto perder de vista que estas cobrem realidades muito mais complexas e muito mais profundas. Primeiro, as promessas realizadas em Monterrey relativamente ao aumento da ajuda ao desenvolvimento continuam ainda aquém do objectivo preconizado pelo PNUD, de 0,7% do PIB. Com excepção da França e da Grã-Bretanha que indicaram, respectivamente, a sua vontade de cumprir este objectivo em 2012 e em 2013, várias outras potências económicas, com os Estados Unidos na liderança, não adoptaram ainda nenhuma posição firme. Atingir os 0,7% continua actualmente a ser um objectivo hipotético. Por conseguinte, a iniciativa de redução da dívida suscita o desafio de passar de uma abordagem com base na sustentabilidade da dívida, para uma aproximação baseada na durabilidade da redução da pobreza, que, por sua vez, requer a mobilização de fundos adicionais, estáveis e anti-cíclicos⁶⁹.

Por outro lado, o facto da redução da dívida assim como a injeção de novos capitais serem integrados na estratégia da redução da pobreza adoptada pelo FMI e pelo Banco Mundial, e que a boa governação constitua a principal pedra angular desta nova estratégia, encobre mal a aplicação de uma versão dissimulada dos programas de ajustamento estruturais. Esta desvenda ainda um paternalismo disfarçado de noção de responsabilidade partilhada. Conforme o realçou Pascale Hatcher: «De facto, as hipóteses sobre as quais assentam as DSRP aparentam inspirar-se directamente na linha das políticas de ajustamento estrutural defendidas há mais de 20 anos pelos IFI. Longe de se afastarem das políticas ortodoxas defendidas a nível multilateral, as DSRP não parecem de modo algum distanciarem-se das políticas anteriores [...]»⁷⁰.

Perante uma repetição dos erros de políticas que criaram tamanho desencanto no seio da população africana, podemos mesmo esperar milagres no que diz respeito à redistribuição do papel do Estado nos domínios social e económico? Colocar a questão implica dar uma resposta. Evidentemente, ao substituir o objectivo de aumentar substancialmente o financiamento da ajuda ao desenvolvimento pela eficácia dessa ajuda, a comunidade dos credores afasta o debate das verdadeiras causas da pobreza.

Igualmente, ao fazer valer prioritariamente a boa governação, vista na sua versão de criação de um ambiente são à abertura do mercado, os países ricos recusam-se a enfrentar os obstáculos estruturais que bloqueiam a integração da África numa economia de mercado, nomeadamente a persistência das tarifas aduaneiras demasiado elevadas para os exportadores africanos, o «dumping» criado pelos exportadores dos países ricos, o desmoronamento no mercado mundial dos preços dos produtos agrícolas, a ausência de indústrias de transformação em África, a dependência de um número limitado de produtos de exportação, etc.

É por todas estas razões que as organizações da sociedade civil africana apelam com todas as suas forças a uma mudança radical que ultrapasse as medidas superficiais propostas pelas políticas actuais de desenvolvimento.

Conclusão sobre os direitos sociais e económicos

O compromisso das organizações da sociedade civil no domínio dos direitos socio-económicos é legítimo. Este compromisso situa-se ao mesmo nível na investigação, no fornecimento de serviços e na educação cívica.

No que diz respeito à investigação, o debate em curso sobre o financiamento de ajuda ao desenvolvimento demonstrou a existência de várias redes de investigação, africanas e panafricanas. Estas redes contribuíram para formular análises demonstrando tanto os fundamentos das crises do desenvolvimento como as possíveis alternativas.

Um dos exemplos que merece ser referido diz respeito à crítica da dívida externa africana. A campanha Jubileu 2000, graças à qual nasceu um verdadeiro movimento panafricano composto em grande parte pelas organizações da sociedade civil africana, apoiou-se numa diversidade de trabalhos, entre os quais os efectuados sob a tutela da Conferência panafricana e internacional para a anulação da dívida de África e do Terceiro Mundo (Dakar 2000). Estes demonstravam o carácter injusto da dívida externa dos países pobres.

Em uníssonos, o eco das conferências, das manifestações e das petições organizadas em Joanesburgo, em Accra, em Bamako, em Porto Novo, em Dakar etc., ressoou no centro das instituições financeiras internacionais, reclamando a anulação da dívida africana. É certo que os resultados não estiveram à altura do pedido, e que o alargamento da iniciativa PPAE a 18 países africanos não constitui uma resposta satisfatória. Mas o movimento para a anulação da dívida continua em acção, apura a sua estratégia e não perde nenhuma ocasião para relembrar a que ponto o reembolso da dívida se alarga aos programas sociais.

Os participantes nas consultas da PAC pediram mais apoio à investigação e aos apelos para a anulação da dívida. Estes pretendem igualmente que o seu apoio ao diálogo africano, assim como os seus apelos para o aumento da ajuda e para a multiplicação das restantes fontes de financiamento, sejam politicamente reconhecidos.

No capítulo do fornecimento de serviços, as OSC delineam-se particularmente na consultoria, no enquadramento das populações, na alfabetização, na educação cívica e na gestão de projectos de luta contra a pobreza. A crise da educação, da saúde e da agricultura chamaram particularmente a atenção dos participantes nas consultas da PAC. Estes solicitaram que África pratique uma agricultura duradoura, garantia da segurança alimentar. Novos investimentos são indispensáveis para aumentar a produção agrícola e, caso seja necessário, dedicar-se à comercialização dos produtos agrícolas.

No que diz respeito à educação, os participantes solicitaram que esta seja universal e que possa atingir as localidades menos acessíveis. Estes solicitaram às OSC/ONG a inserção da alfabetização nos seus programas, particularmente a alfabetização das mulheres. Por outro lado solicitaram também que a educação e a formação profissional sejam consideradas como um investimento no desenvolvimento, e que possam também responder às necessidades da juventude, sobretudo nas regiões em crise.

Por fim, a questão da saúde chamou a atenção dos participantes, particularmente a saúde maternal, a saúde primária, o paludismo e o HIV/SIDA. Estes solicitaram a restauração da saúde pública, submetida a uma dura prova pelos políticos que visam reduzir as despesas sociais. Voltar a colocar o sistema de saúde no bom caminho

passa pelo reforço das infra-estruturas sanitárias, pelo aumento dos recursos humanos e pelos compromissos financeiros sólidos e anti-cíclicos.

A questão da Sida esteve omnipresente. Os participantes recordaram que um pouco por toda a África, as organizações da sociedade civil anteciparam a luta contra a Sida mesmo antes da adopção das políticas governamentais. Efectivamente, enquanto a pandemia da Sida destruíu o tecido social provocando crises tão graves como a dos órfãos, as iniciativas locais tentaram responder a estes novos desafios. Foram as organizações comunitárias que ocuparam principalmente o terreno desde a educação à prevenção.

Na África Subsariana, não só 58% dos portadores do HIV são mulheres, como também é sobre estas, ajudantes por natureza substituídas nas funções e nas prerrogativas do Estado desmantelado pelas políticas neoliberais, que assenta a função de se encarregar dos milhões de doentes e de órfãos. No Ruanda, os grupos de mulheres constituem 90% das iniciativas locais da luta contra a Sida. Um pouco por toda a África, as associações com o nome de SWAA (Society of Women Against AIDS in Africa), oferecem uma ajuda moral e material à mulheres doentes e aos órfãos da Sida, para além de apoiar as campanhas de prevenção.

No que diz respeito à questão delicadíssima do acesso ao tratamento contra a Sida, são ainda as organizações da sociedade civil, as ONGs humanitárias, as associações sindicais e os movimentos sociais que, em primeiro lugar fustigaram o carácter exorbitante dos tratamentos antivirais, ao mesmo tempo que exigiam maior investimento na saúde e um maior apoio do Fundo Mundial para luta contra a Sida, a tuberculose e o paludismo. A causa está longe de estar ganha, mas devemos aos grupos como o Pan-African HIV/AIDS Treatment Access Movement, a entrada em vigor do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual no que diz respeito ao comércio (ADPIC), em nome do qual a indústria farmacêutica, a OMC e os governos incluíram o princípio do direito de acesso aos medicamentos essenciais.

Os participantes nas consultas da PAC reivindicaram pois um melhor apoio no seu envolvimento comunitário na luta contra o HIV/SIDA, particularmente nas acções visando o acesso aos tratamentos contra a Sida a um preço acessível, a resolução da crise dos órfãos da Sida e o reforço da liderança feminina.

V. CONCLUSÃO GERAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UM VERDADEIRO DIÁLOGO POLÍTICO

A mobilização e a organização da sociedade civil africana constituem um trunfo importante para o avanço do continente. Um tal compromisso merece um melhor reconhecimento político do que aquele que existe actualmente. Este reconhecimento deve igualmente fazer-se sobre o aspecto da autonomia da sociedade civil.

Ao nível regional, existem experiências de envolvimento da sociedade civil assim como existem mecanismos que a sociedade civil poderia utilizar para levar a sua voz ao diálogo político. A União Africana já estabeleceu uma estrutura de diálogo com a sociedade civil, o ECOSOCC. A NEPAD, por sua vez, organizou vários fóruns com vista a estabelecer uma melhor colaboração com as organizações da sociedade civil. No entanto, não foi criada nenhuma estrutura permanente e o Mecanismo de Avaliação dos Pares (MAAP) que, neste momento representa a única instância de consulta entre a NEPAD e a sociedade civil africana, não parece responder adequadamente à necessidade de diálogo. Ora se a nível regional a União Africana criou devidamente uma instância de parceria com as organizações da sociedade civil, a NEPAD ainda não venceu esse desafio. É pois, mais que necessário prever a criação de um sensor, que, à semelhança do Grupo de Empresas para a NEPAD, assegure no interior do Secretariado da NEPAD, uma voz permanente para a sociedade civil.

A nível nacional, cada país dispõe das suas próprias bases de diálogo com a sociedade civil. A título de exemplo, as políticas nacionais de luta contra a Sida foram geralmente definidas após várias consultas com os grupos de mulheres, com as associações de jovens, com as ligas dos direitos humanos, etc. Igualmente, existem em vários dos países em questão Comissões Nacionais de Luta Contra a Sida onde têm lugar os representantes

da sociedade civil. Poderiam ser citados vários outros exemplos, especialmente a colaboração entre as instâncias governamentais e a sociedade civil com vista a assegurar a educação cívica.

Logo, já existem práticas e experiências de parceria, mas tal não quer dizer que as posições da sociedade civil sejam consideradas com a atenção que estas merecem. Longe disso. O primeiro grande desafio que as organizações da sociedade civil africana presentes nas consultas da Parceria África Canadá identificaram, diz respeito ao aumento da sua eficácia. Estas solicitaram unanimemente o reforço da sua capacidade organizacional e operacional, ao nível do diálogo regional, nacional e internacional.

Entre outras estratégias com vista também a aumentar a sua eficácia, as organizações presentes identificaram a colaboração entre as coligações sectoriais nacionais, a partilha de informação, o aumento dos fóruns de discussão, a colaboração com os parlamentares e o reforço das ligações entre as iniciativas de petição nacionais, regionais e internacionais.

O segundo grande desafio que se apresenta no horizonte diz respeito ao reconhecimento do envolvimento da sociedade civil nas questões relativas às relações entre África, os países ricos, os organismos multilaterais e as instituições financeiras internacionais. A questão do financiamento da ajuda pública ao desenvolvimento, a questão da dívida externa africana, a questão do comércio internacional, preocupam tanto os governos africanos como as organizações da sociedade civil. Estes últimos têm vindo a realizar um trabalho de mobilização africana e mundial, extraordinário.

As campanhas levadas a cabo para esse efeito pela sociedade civil a respeito do acesso aos medicamentos genéricos fizeram vergar as posições da indústria farmacêutica, assim como as campanhas realizadas sobre a dívida exterior contribuíram pelo menos para alargar o número de países beneficiários das medidas de redução da dívida. O mesmo acontece relativamente à questão dos subsídios agrícolas e das barreiras tarifárias que penalizam os produtores e exportadores africanos e que a sociedade civil denuncia com todas as suas forças.

Será que se trata de uma simples voz de rua, como gostam de reivindicar os detractores da sociedade civil? Não. Trata-se de uma voz africana, quer esta seja proveniente da rua, dos grupos de mulheres, das redes de investigação, dos grupos confessionais, das associações de jovens, dos grupos de acção pela paz, pelo desenvolvimento duradouro, pelo ambiente, etc. Trata-se de uma voz da mudança, uma voz que fala por África e que ecoa África.

Os governos africanos, mais do que se recusar a ouvir através da sociedade civil essa voz de apelo por África, uma voz do renascimento, uma voz aliada, deveriam reconhecer definitivamente que as organizações da sociedade civil constituem um verdadeiro braço direito para as questões que incidem sobre a iniquidade das relações Norte/Sul. Os governos africanos deveriam além disso aceitar as críticas da sociedade civil, visto que estas se apresentam como sendo construtivas e respeitadas das alternativas populares, das alternativas concebidas a partir da experiência de milhões de africanos e africanas, da camada social inferior que, parafraseando Nelson Mandela, representa a maior riqueza do continente.

ANOTAÇÕES

¹ Stephen Smith, *Négrologie. Pourquoi l'Afrique meurt*, Calmann-lévy, 2003, página 13.

² Smith, *op cit*, p.14.

³ Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (Outubro de 2001), parágrafos 39 e 41 (www.nepad.org)

⁴ União Africana, Conselho para a Paz e Segurança «*Relatório do Presidente da Comissão sobre a situação em Darfur*», 4 de Julho de 2004 (www.africa-union.org)

- ⁵ Comunicado do Conselho para a Paz e Segurança da União Africana, 27 de Julho de 2004
- ⁶ Traoré Aminata, *Le viol de l'imaginaire*, Actes Sud Fayard, 2002.
- ⁷ As obras literárias de Ahmadou Kourouma e de Mongo Béti consistiram essencialmente na denúncia dos derivados ditatoriais praticados na África Subsariana.
- ⁸ Traoré, op cit, página 24
- ⁹ Kwame A. Ninsin, «Les nouveaux mouvements sociaux africains et les limites de leur politique», em *Et si l'Afrique refusait le marché?* Alternatives Sud. Vol. VIII , N.º 3, L'Harmattan, 2001, página 219.
- ¹⁰ Frantz Fanon , *Les damnés de la terre*, Reimpressão da Gallimard, 1991, páginas 247-248
- ¹¹ Samir Amin, «L'Afrique, victime de la mondialisation», em *Et si l'Afrique refusait le marché?* Alternatives Sud. Vol. VIII , N.º 3, L'Harmattan, 2001, página 18.
- ¹² UN, OSCAL. *Les organisations de la société civile africaine et le développement*, 2002, página 108
- ¹³ A/58/817. «*Nous, peuples: société civile, organisation des Nations Unies et gouvernance mondiale*», página 9. Relatório do Grupo de Eminentes Personalidades sobre as relações entre a Organização das Nações Unidas e a sociedade civil. Junho de 2004.
- ¹⁴ A/58/817, Op cit, página 8.
- ¹⁵ Discurso de Amara Essy, Secretário-Geral da OUA, na abertura da segunda conferência OUA/UA-Sociedade civil, Addis Abeba, 11 de Junho 2002.
- ¹⁶ *The Civil Society Declaration* (26-27 de Junho), African Union Meeting, Addis Abeba.
- ¹⁷ Experts/PRC/ECOSOCCStatutes/Rev.5. Statutes of the Economic, Social and Cultural Council of the African Union, Junho de 2004.
- ¹⁸ *Nova Parceria para o Desenvolvimento de África* (Outubro de 2001), Capítulo IV: L'appel aux Peuples africains. Parágrafos 50 a 58.
- ¹⁹ NEPAD Dialogue N.º 32, Fevereiro de 2004.
- ²⁰ *Declaração do Milénio*, capítulo III relativamente ao desenvolvimento e eliminação da pobreza, parágrafo 20, alínea 4.
- ²¹ PNUD. *Relatório mundial sobre o desenvolvimento humano de 2003. Os Objectivos do Milénio para o desenvolvimento: Un pacte entre les pays pour vaincre la pauvreté humaine*, 2003, página 2.
- ²² Ibid
- ²³ Op cit, página 24
- ²⁴ www.oecd.org *L'OCDE et le Nouveau Partenariat pour le Développement de l'Afrique*.
- ²⁵ Na página 633 do seu livro autobiográfico publicado pela Fayard em 1995, intitulado *Un long chemin vers la liberté*, Nelson Mandela fez um ponto da situação sobre este programa de reconstrução e de desenvolvimento que iria consistir na criação dos empregos através de trabalhos públicos, a construir um milhão de casas decentes, a alargar os serviços de saúde, a assegurar dez anos de escolaridade gratuita, a redistribuir as terras e a suprimir a taxa sobre os produtos alimentares.

-
- ²⁶ Paul Kingsnorth, «*The Globalisation of Southern Africa*», OneWorld, 29 de Abril de 2004
- ²⁷ Amnistia Internacional. *Principaux événements de l'année civile 2003 en Afrique*, Maio de 2004.
- ²⁸ Jean-Pierre Charbonneau, La démocratie, c'est plus que les élections. *Le Devoir*, 11 de Abril de 2001.
- ²⁹ Declaração de Uganda, 18 de Abril de 2002.
- ³⁰ Artigo 2, parágrafo 3, alínea (i), do Protocolo do Tratado instituindo a Comunidade Económica Africana, relativo ao Parlamento Panafricano.
- ³¹ Bayart J-F. *L'État en Afrique. La politique du ventre*, Fayard, 1992, 425 páginas.
- ³² Kabou Axelle, *Et si l'Afrique refusait le développement?* L'Harmattan, 1991, 208 páginas.
- ³³ Smith Stephen, *Négrologie: Pourquoi l'Afrique meurt*, Calmann-Levy, 2003, 252 páginas.
- ³⁴ Smith, op cit, p. 49
- ³⁵ Christopher McAll, Le fléau aux visages multiples, revista *Relations*, Outubro-Novembro de 2001, páginas 16 a 18.
- ³⁶ Samir Amin, «L'économie politique de l'Afrique et la mondialisation». Em *Et si l'Afrique refusait le marché?* L'Harmattan, 2001, página 47.
- ³⁷ Ziegler Jean. *Les nouveaux maîtres du monde et ceux qui leur résistent*. Fayard, 2003, página 84.
- ³⁸ Ela Jean-Marc, Les voies de l'Afro-renaissance. *Le Monde diplomatique*, Outubro de 1998.
- ³⁹ PNUD. *Relatório mundial sobre o desenvolvimento humano: Approfondir la démocratie dans un monde fragmenté*, 2002, página 87.
- ⁴⁰ *Refugees*. Volume 4. Número 133, 2003.
- ⁴¹ *Refugees*. Volume 2. Número 131, 2003, página 14.
- ⁴² Braeckman Colette, *Terreur africaine. Burundi, Rwanda, Zaïre: les racines de la violence*, Fayard
- ⁴³ S/2003/1217, 6ª recomendação, 1996.
- ⁴⁴ *Declaração do compromisso em favor da paz e da segurança em África, dos chefes de estado e do governo dos estados membros do Conselho para a Paz e Segurança da União Africana*, 25 de Maio de 2004, Addis-Abeba.
- ⁴⁵ Steve Wright, Ce trafic «légal» des armes légères. *Le Monde Diplomatique*, Janeiro de 2001.
- ⁴⁶ Mensagem da Campanha Nacional para a paz duradoura na RDC, por ocasião do 40º aniversário da acessão do país à independência, Kinshasa, 30 de Junho de 2000.
- ⁴⁷ *Le Potentiel RDC*, N.º 2267, de 4 de Novembro de 2002.
- ⁴⁸ Kofi Annan, «*L'Afrique ne peut se développer que si les Africaines exercent un pouvoir réel*», Addis-Abeba, 6 de Julho de 2004.
- ⁴⁹ Op cit, páginas 15 a 17.

- ⁵⁰ Ibid, página 17.
- ⁵¹ Ross Herbert, «Mise en œuvre du NEPAD: une évaluation critique», em *Le Rapport sur l'Afrique. Une évaluation du nouveau partenariat*. Institut Nord-Sud, 2003, página 129.
- ⁵³ *Le Devoir*, 11 de Junho de 2004. A Cimeira do G8 termina com uma unidade de fachada. Os africanos acusam os Oito de subvencionar o seu sector agrícola.
- ⁵⁴ PNUD. *Relatório mundial sobre o desenvolvimento humano de 2003*, página 155
- ⁵⁵ Gilles Bourque, Julie Duchastel et Éric Pineault, L'incorporation de la citoyenneté. Volume 31, N.º 2, da revista *Sociologie et société*, Presses de l'Université de Montréal, 1999, página 50.
- ⁵⁶ Paul Kingsnorth, *The Globalisation of South Africa*, op cit.
- ⁵⁷ Ross Herbert, *Mise en oeuvre du NEPAD: une évaluation critique*, op cit, página 138.
- ⁵⁸ Transparency International : *Declaração de Nyanga sobre a recuperação e repatriamento da riqueza da África adquirida ilegalmente e investida no estrangeiro*, Nyanza, Zimbabué, 4 de Março de 2001.
- ⁵⁹ Didier Oti. «Corruption en Afrique. La légitimité des États est mise en péril», em *Afrique Expansion Mag*, Número 7, 2º trimestre de 2000, página 36.
- ⁶⁰ Comunicado em 30 de Abril de 2004, em Joanesburgo, 5ª reunião do Painel de Eminentes Personalidades do MEAP.
- ⁶¹ CRDA/PAC, *NEPAD in Perspective: A new development agenda for the people of Africa*, Addis-Abeba, 2004.
- ⁶² *Relatório de 2003 do PNUD sobre o desenvolvimento humano*.
- ⁶³ John Mugabe. «Les clés du développement durable de l'Afrique: science, technologie et investissement», em *Le Rapport sur l'Afrique*, op cit, página 67.
- ⁶⁴ Gérin-Lajoie Paul, Sortons de notre indifférence, *Le Devoir*, de 5 de Abril de 2002.
- ⁶⁵ Nduwimana Françoise, Compassion empoisonnée, *Relations*, Dezembro de 2003, páginas 32 a 35.
- ⁶⁶ NEPAD, páginas 39 a 41.
- ⁶⁷ Rodney Schmidt. «Propriété et partenariat dans la stratégie de développement de l'Afrique», em *Le Rapport sur l'Afrique. Une évaluation du nouveau partenariat*. Institut Nord Sud, 2003, página 16.
- ⁶⁸ Demba Moussa Dembélé. «Le financement du développement et ses alternatives: le rôle des mouvements sociaux et politiques», em *Et si l'Afrique refusait le marché?*, *L'Harmattan*, 2001, página 231.
- ⁶⁹ Matthew Martin. «Allègement des dettes et réduction de la pauvreté: avons-nous besoin d'un IIIème PPTE? », em *Le Rapport sur l'Afrique*, op cit, página 105.
- ⁷⁰ Hatcher Pascale. «Le Modèle de développement intégré: vers une harmonisation stratégiques de l'aide au développement», *Canadian Journal of Development Studies*, Volume XXIV, N.º 4, 2003, página 634.

Notas sobre a autora:

Françoise Nduwimana é uma historiadora. Chegou ao Canadá em 1995, depois do seu país de origem, o Burundi, ter sido palco de uma guerra civil. Actualmente consultora na área de Direitos Humanos e Desenvolvimento Internacional, foi igualmente conselheira política junto da missão francesa dos Médicos Sem Fronteiras no Burundi, responsável pelos programas do *Centre Justice et Foi* em Montreal, etc. No âmbito das suas iniciativas de promoção de uma cultura de paz e de justiça mundial, organizou diversas campanhas denunciando o impacto dos conflitos armados sobre as mulheres e as crianças. Também escreveu diversos artigos relativos ao problema do subdesenvolvimento africano. Durante os dois últimos anos, dedicou-se particularmente ao desafio que a pandemia do HIV/SIDA representa para a África em geral e para as mulheres em particular. Sob a coordenação da organização Direitos e Democracia (*Droits et Démocratie*), terminou recentemente a redacção de um ensaio sobre a ligação entre os conflitos armados e a SIDA, e o modo como estes dois problemas afectam especificamente as mulheres africanas.

